

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

OS NEO-RURALS: CAPITAL HUMANO ESTRATÉGICO DE MUDANÇAS

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA À ESCOLA
BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

YARA TARRAGÓ VARGAS

Rio de Janeiro, 2002

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
CENTRO DE FORMAÇÃO ACADÊMICA E PESQUISA
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

OS NEO-RURALS: CAPITAL HUMANO ESTRATÉGICO DE MUDANÇAS

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA POR YARA TARRAGÓ
VARGAS**

**E
APROVADA EM
PELA COMISSÃO EXAMINADORA**

PROF. (TÍTULO)

PROF. (TÍTULO)

PROF. (TÍTULO)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

1 - CONTEXTO PLANETÁRIO

1.1 - Globalização no campo	1
1.2 - Sobre Desenvolvimento Sustentável.....	4
1.3 - Economia Ecológica.....	10
1.4 - Pontes da Sustentabilidade.....	15
1.5- Mudanças.....	18

2 - NEORURALISMO

2.1 - Os Caminhos do Neo-ruralismo.....	24
2.2 - Turismo Rural.....	28
2.3 – Pluriatividade.....	32

3 - TEIA INSTITUCIONAL

3.1 Trama Política.....	36
3.2 Sobre o CNDRS	37
3.3 Modelo de Desenvolvimento.....	45

4 – Campo & Pesquisa

4.1 - O Campo Fluminense.....	52
4.2 - Região Serrana.....	61
4.2.1- Nova Friburgo e Teresópolis.....	63
4.3 - A Pesquisa.....	68
4.3.1- Evolução das Trajetórias.....	71

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
---------------------------------------	------------

6 - BIBLIOGRAFIA	117
-------------------------------	------------

ANEXOS	123
---------------------	------------

"Se eu pudesse deixar algum presente a você, deixaria aceso o sentimento de amor a vida dos seres humanos. A "Consciência" de aprender tudo que nos foi ensinado pelo tempo afora. Lembraria os erros que foram cometidos, como sinais para que não se repetissem, e a capacidade de escolher novos rumos. Deixaria para você, se pudesse, o respeito àquilo que é indispensável: além do pão, o trabalho, além do trabalho à ação. E quando tudo mais faltasse para você; eu deixaria, se pudesse, um segredo: buscar no interior de si mesmo a resposta e a força para encontrar a saída"

GANDHI

1 - CONTEXTO PLANETÁRIO

1.1 - Globalização no Campo

A globalização é percebida atualmente como um imperativo histórico que condiciona o dinamismo da sociedade. A evolução tecnológica viabilizou a globalização que ocorre em torno de centros financeiros de dominação, como os Estados Unidos e a Comunidade Comum Européia.

No mundo globalizado, convivem sociedades com diferentes níveis de evolução, sendo a velocidade das mudanças de tal ordem que mesmo a sociedade informacional dos países centrais apresenta o tecido social cada vez mais roto, caracterizado por um mundo de desemprego estrutural excludente.

Para os países em desenvolvimento, resta criar políticas de enfrentamento de problemas estruturais, abrindo espaço para a ação política em prol de um desenvolvimento integrado e sustentável.

De forma a garantir esse processo, devem ser aperfeiçoadas instituições que regularizem a movimentação dos fluxos financeiros globais capazes de desestruturar a economia nacional. Os efeitos da globalização não poupam o mundo rural, pois muitas são as questões pertinentes ao problema agrário no contexto globalizado.

Segundo Chonchol, as mudanças econômicas em nível mundial estão repercutindo sobre a agricultura, fazendo com que os países da CCE, o Japão e os Estados Unidos defendam seu espaço rural.

Desta forma, sendo o mercado soberano, evidencia-se a necessidade de políticas compensatórias em favor das economias fragilizadas.

Entidades como o FMI e a OIC priorizam ajustes macroeconômicos, delegando para segundo plano o ajuste estrutural, o que, no campo, traduz-se na desestruturação do tecido social rural. A abertura indiscriminada das fronteiras para importar e exportar produtos agrícolas tem abalado a pequena e a média produção em muitos países.

Nos anos de 1989 a 1994, ocorreram negociações monitoradas pelo GATT, hoje OIC, visando promover o intercâmbio de produtos agrícolas. Paralelas a essas negociações, desenvolveram-se iniciativas de constituição e reforço às zonas de livre comércio, como CCE, ALCA, MERCOSUL. Observa-se, então, o caráter limitante e protecionista embutido nas negociações.

Os produtores agrícolas dos países da OCDE (exceto Austrália e Nova Zelândia) e os importadores natos foram os grandes prejudicados pelo encarecimento do abastecimento alimentar. Já os países exportadores para a OCDE, como Brasil, Estados Unidos, Argentina e Tailândia, foram beneficiados.

Nesse período, o mercado internacional de produtos agrícolas passou da escassez mundial para a superprodução e sobreoferta relativa, com impacto negativo nos preços internacionais. Os principais países desenvolvidos passaram de importadores a exportadores, pois tinham respaldo financeiro para a modernização da produção.

Observa-se, então, uma tendência decrescente da participação dos países da América Latina e do Caribe no comércio mundial de produtos agrícolas em contraste com seus esforços para aumentar e diversificar a produção. Parece faltar habilidade no trato com as "incertezas" do mercado global.

Tendo como objetivo a exportação, reduziram os incentivos à produção de alimentos básicos, usualmente produzidos por pequenos produtores, acarretando no

êxodo rural e no aumento da marginalidade socioeconômica em cinturões de pobreza nas grandes cidades.

Então, vantagens competitivas foram buscadas em outro segmento, a estratégia de produção de produtos não-tradicionais. A floricultura na Colômbia, a fruticultura no Chile e a avicultura no Brasil são exemplos marcantes dessas iniciativas.

Os atores sociais em foco neste estudo, os neo-rurais, desenvolvem uma estratégia similar, visando aos nichos de mercado.

Porém, direcionar o desenvolvimento rural para exportações não-tradicionais oferece perspectivas limitadas como estratégia de redução da pobreza: as demandas de organização são amplas e as oportunidades de mercado escassas, o que restringe o acesso da maioria dos pequenos produtores.

Capital humano estratégico às mudanças no campo, os neo-rurais, com sua condição cognitiva privilegiada, podem vir a compor com os pequenos produtores rurais, atuando como agentes facilitadores do desenvolvimento, alavancando a economia local, caso sejam alvo de políticas específicas por parte das instituições governamentais na busca do desenvolvimento integrado e sustentável.

De uma forma geral, as políticas constituem-se de compromissos institucionalizados, são produtos dos conflitos e das relações entre os diversos grupos sociais. É fato que o neo-rural ainda não é percebido como uma categoria diferenciada por parte das instituições governamentais. E isto pode justificar sua exclusão nas políticas e programas destinadas ao setor. Apesar do grande potencial inovador e empreendedor, fica à margem do processo de desenvolvimento local sustentado, considerado apenas como simples manifestações, isoladas, individuais, sem expressão coletiva.

A maioria dos territórios rurais ilustra uma atuação sobre os mesmos ainda medieval. A população residente no campo é de baixa escolaridade, enrijecida pelo isolamento, apesar de toda mídia que por ela transpassa.

A inserção dos neo-rurais oxigena o local, desenvolve a comunidade, ampliando as possibilidades para especialização e tecnologia serem, efetivamente, aplicadas no desenvolvimento rural integrado sustentável local.

A produção de bens não-tradicionais é uma solução atrativa somente para determinados produtores. Porém, atrelada a uma produção de alimentos básicos em substituição aos importados, amplia as oportunidades produtivas, alcança um mercado mais extenso e atua reduzindo o assistencialismo e incentivando a autonomia através do empreendedorismo ecologicamente correto.

O conceito de desenvolvimento sustentável integra o contexto das novas diretrizes políticas nacionais. É fundamental clarificar o seu conteúdo, pois a ambigüidade do significado de sustentabilidade requer tratamento particular.

1.2 - Sobre Desenvolvimento Sustentável

São muitas as limitações do amplamente divulgado conceito de desenvolvimento sustentável do Informe *Nosso Futuro Comum* (CMMAD,1992). Porém, tal conceito é o que prevalece nos planos de desenvolvimento que utilizam financiamento externo (governo e agências internacionais), detendo, assim, um significado relativo.

Cada vez mais se ampliam as divergências e distanciam-se as correntes de pensamento sobre sustentabilidade e crescimento econômico. Uma breve análise

das correntes passa, então, a ser pertinente.

A classificação proposta por Escobar (1995) parece apropriada para uma primeira compreensão das diferenças. Para o autor, a resposta à problematização sobre a relação natureza-sociedade toma concretude por meio de três grandes correntes de pensamento: “liberal”, “culturalista” e “ecossocialista”.

O discurso “liberal” está centrado no Informe *Nosso Futuro Comum*, que parte da modernidade ocidental, de uma visão de mundo dos “desenvolvidos”. Entre outras considerações, “o rasgo da modernidade que o discurso liberal do desenvolvimento sustentável assume com maior clareza é o da existência de uma cultura econômica dada”. Isto implica que não se trata de transformar nada, senão preciso continuar crendo que a natureza deve ser vista como um recurso a ser explorado. Por ser um recurso “limitado”, surge a exigência de que, no âmbito econômico, passe a ser objeto de monetarização, mediante o estabelecimento de preços capazes de fazer com que os indivíduos sejam forçados a usar de forma racional estes recursos, que estariam sob ação dos mecanismos reguladores do mercado. Monetarizados, os recursos naturais passam a ser facilmente negociados como mercadorias, em benefício dos detentores do poder econômico e político.

Em sua vertente rural, a alternativa não seria outra que não a “intensificação sustentável” (FAO,1995), ou seja, o aprofundamento das formas de produção geradas pela chamada “revolução verde”, lançando mão da biotecnologia e das chamadas “novas tecnologias”. Como resultado, observa-se o aprofundamento das distâncias econômicas e da diferenciação social, entre outras conseqüências nocivas.

Já para os “culturalistas” é necessário romper com a crença do economicismo. O desenvolvimento sustentável deveria fundar suas bases em

conteúdos culturais e, portanto, o desenvolvimento deveria respeitar pautas específicas, historicamente construídas pelas comunidades. Nesse sentido, propugnam pela relativização da ciência como dogma e defendem a revalorização do conhecimento popular, assim como enfatizam questões básicas para restabelecer a equidade, incluindo o reconhecimento dos direitos das mulheres e de sua vital importância nas políticas de desenvolvimento rural. Afirmam, ainda, que os modelos atuais de desenvolvimento são responsáveis pelo rompimento das relações de coevolução entre comunidade e seus agrossistemas, sendo vistos no contexto da economização como meros recursos.

Parece, de certa forma, que o êxodo urbano dos neo-rurais configura um olhar nostálgico da cultura tradicional. O processo produtivo compreende aspectos diversos daqueles puramente econômicos, onde a opção de valores revela uma consciência mais plena da realidade e os fatores de produção não são vistos como simples recursos.

Na sinergia da integração são buscados resultados que transcendem a simples produção de bens e serviços, pois implicam a construção de um cenário para uma qualidade de vida plena em que o social, o ambiental, o econômico e o subjetivo se expressem.

Os expoentes mais críticos recusam-se a aceitar as hipóteses de “esverdeamento da economia”. Para eles é impossível reconciliar a visão clássica de crescimento econômico (como mecanismo-chave de reduzir a pobreza) com a defesa do meio ambiente, até porque a pobreza tem crescido, apesar do progresso econômico verificado.

Entretanto, os culturalistas tentam “resgatar o valor da natureza como um ente autônomo, fonte de vida não só material senão também espiritual”. Esta

convicção vem de estudos realizados junto a grupos sociais nos países subdesenvolvidos, onde se constata que “em muitas culturas tradicionais há uma continuidade entre o mundo material, o mundo espiritual, e o mundo humano”. (Escobar,1995)

A busca da qualidade de vida plena por parte do neo-rural traz um pouco dessa visão totalizante, onde os universos se interpenetram e revelam perspectivas mais amplas de conhecimento, vivências e realizações.

A corrente “ecossocialista” defende que é impossível a convivência de crescimento econômico com equilíbrio ambiental. Segundo Alier (1992), “a idéia de que o crescimento econômico é bom para o ambiente não pode ser aceita. (...) Um crescimento econômico generalizado pode agravar em vez de diminuir a degradação ambiental, ainda que esta mesma riqueza permita destinar mais recursos para proteger o ambiente contra os feitos causados por ela mesma”.

Por estarem baseados na Economia Política como instrumental teórico para seu posicionamento, os ecossocialistas estabelecem uma diferenciação em relação ao discurso liberal. Desde seu ponto de vista crítico ao discurso “liberal”, eles se fixam em questões consideradas centrais, nas quais há convicção de que existe uma segunda contradição do capitalismo, que se expressa pela necessidade de destruição das condições de produção para dar espaço à continuidade do próprio modo de produção. Sob o ponto de vista ambiental, isto significa uma permanente necessidade de reinversão de capital para manter as taxas de lucro, uma fórmula para compensar o processo entrópico gerado pelo modelo. Na agricultura, por exemplo, a degradação do solo e o conseqüente assoreamento e contaminação de rios e represas seriam um problema a ser enfrentado por meio de projetos que implicam o uso mais intensivo de práticas mecânicas de conservação, químicas de

fertilização e assim por diante, sem enfrentar as causas geradoras dos problemas. Pode ser visto como uma terapia alopata, onde se extirpa o sintoma, diferentemente do que parece ser mais produtivo, tornando-se um tratamento homeopático onde os efeitos adversos são combatidos com a energização do sistema.

Como lembra Escobar (1995), “estas manobras requerem cada vez maior cooperação e intervenção estatal, fazendo mais visível a natureza social e política dos processos de produção; ao fazer-se mais visível o conteúdo social de políticas aparentemente neutras e benignas (incluindo o planejamento ambiental, que cada vez mais tem que entrar para mediatizar a relação entre natureza e capital), também se fazem mais suscetíveis de teorização e oposição por parte dos movimentos sociais ou dos setores afetados por elas”.

Os “ecosocialistas” vão ainda mais longe ao propugnar que a luta contra a pobreza é, sobretudo, ecológica, pois se o crescimento econômico leva ao esgotamento de recursos, isto acarretará mais prejuízos para os pobres. Do mesmo modo, criticam duramente as políticas de ajustes determinadas pelo FMI e a problemática situação de dependência gerada pela dívida externa dos países do Terceiro Mundo.

Para os “ecosocialistas”, uma das grandes dificuldades do discurso “liberal” reside na necessidade de transformar tudo em mercadoria, de maneira a manejar também a natureza com base na lei do valor. Assim, antes de pensar em sustentabilidade da natureza, seus esquemas e políticas seriam estabelecidos para garantir a sustentabilidade do capital.

Neste sentido, deve-se chamar atenção para os problemas intrínsecos dos programas de “qualidade ambiental”, muitos dos quais baseados nas teorias da “Economia do Meio Ambiente”. Nitidamente orientados pela ideologia dos países

ricos e industrializados, tentam estabelecer preços aos componentes do meio ambiente afetados pela atividade econômica, como se a economia pudesse tudo resolver. Ao contrário, ainda que seja alcançado este sonho impossível dos economistas do meio ambiente, nem por isso terão encontrado soluções para problemas que originalmente suscitem a gestão do meio ambiente – por solução satisfatória entendendo-se aquela que ao menos garanta continuidade da espécie humana.

Nas últimas décadas, observa-se um crescimento de uma nova proposta, originária da América Latina, que pode ser chamada de “modelo de desenvolvimento agroecológico”. O conteúdo obtido na pesquisa preliminar sobre os neo-rurais sinaliza que, de forma geral, esta é a linha pela qual a maioria define sua trajetória. Sendo assim, este conceito requer uma atenção especial.

Segundo Sevilla-Guzmán (1995), a Agroecologia representa uma resposta à crise ecológica e aos problemas socioambientais gerados por ela, desde o manejo sustentável dos recursos naturais ao acesso igualitário dos mesmos. Embora ainda seja um paradigma em construção, “a Agroecologia pode ser definida, de forma bastante esquemática, como a disciplina científica que enfoca o estudo da agricultura desde a perspectiva ecológica, pretendendo construir um marco teórico cujo fim é o de analisar os processos agrícolas da maneira mais ampla possível”. O autor afirma também que “a Agroecologia pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para através de um enfoque holístico e mediante a aplicação de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante o controle das forças produtivas, que freie seletivamente as formas degradantes e expropriatórias de produção e consumo da atual crise ecológica”.

Como se pode deduzir, o “paradigma agroecológico” não se alinha às correntes do pensamento “liberal” e aponta para o discurso “ecotecnocrático”, pois encontra nele os elementos e mecanismos geradores da atual situação socioambiental que determina a necessidade de alternativas.

Epistemologicamente, a Agroecologia aproxima-se muito da corrente “culturalista” e da “ecosocialista”, mencionadas sucintamente nesta pesquisa, mas conforme seus principais expoentes apontam, foi buscar suas bases teóricas no chamado “narodnismo”, uma corrente que se autoidentifica como “neopopulismo ecológico”.

Para Martínez Alier (1994), esta corrente apóia-se “na análise científica dos fluxos de energia, de materiais e de conservação da biodiversidade (...) e se baseia, sobretudo, em uma crítica da pseudo-racionalidade econômica”. Neste sentido, ao economicismo convencional defende alternativamente uma “Economia Ecológica” (que não é a economia do meio ambiente), a qual, em resumo, seria um intento de subordinar a economia dentro do suporte ecológico onde ocorrem as atividades econômicas.

1.3 - Economia Ecológica

Estas proposições se afinam com o sentido de desenvolvimento proposto pela economista Hazel Henderson, em *Construindo um mundo onde ganhem* (1996), evidenciando uma percepção mais ampla da realidade.

Diferente do reducionismo e da compartimentação, próprios das ciências convencionais (assim como se realiza na prática técnico-agronômica, econômica etc.), a Agroecologia baseia-se em um modelo teórico geral, cuja aplicabilidade

prática depende fundamentalmente de cada realidade, ou seja, de todos os componentes de um dado ecossistema, vistos desde uma perspectiva globalizadora, levando-se em conta os recursos humanos (seus fatores sociais, étnicos, religiosos, políticos, econômicos) e naturais (água, solo, energia solar, espécies vegetais e animais) que definem a estrutura dos agroecossistemas.

Portanto, ao mesmo tempo em que busca as raízes históricas de uma dada “forma de produção”, reconhece que o manejo de um agroecossistema representa o resultado de uma coevolução de determinada cultura e determinado ecossistema, com suas evidentes interconexões e influências mútuas.

Nesse sentido, não é possível falar da agricultura sem situá-la perante a sociedade real, pois a “agricultura há de ser contemplada como uma intersecção de sistemas de natureza ecológica, social e econômica. (...) O fato de que a agricultura consista na manipulação por parte da sociedade dos 'ecossistemas naturais', com o objetivo de convertê-los em agroecossistemas, determina a alteração do equilíbrio e da elasticidade original destes ecossistemas através de uma combinação de fatores ecológicos e socioeconômicos”. Assim, o conceito de agricultura sustentável torna-se um unificador, pois, além de obrigatoriamente ter que considerar a necessidade de subsistência e reprodução social das famílias rurais, implica a busca de um equilíbrio entre os conhecimentos tecnológicos e conteúdos culturais existentes nas comunidades, através de aplicação da ciência agrônoma em um dado ecossistema. Ao mesmo tempo, esta atividade deveria estar subordinada a princípios de equidade intra e intergerencial.

Para orientar as escolhas a serem feitas, devem ser selecionados critérios mediante os quais seja possível valorar o desenvolvimento rural com base na Agroecologia. Por mais que seja importante a variável econômica na tomada de

decisões, esta não pode e não deve ser a única a ser considerada.

Para enfrentar este desafio, Henderson (1996) sugere que, desde a Economia Ecológica, a análise de sistemas agrários leve em conta cinco propriedades fundamentais: a “produtividade”, a “sustentabilidade”, a “estabilidade”, a “equidade” e a “autonomia”.

Segundo essa autora, a “produtividade” deve ser medida através da utilização de unidades físicas, tratando de verificar, sobretudo, a eficiência energética de cada processo produtivo de maneira que “se garanta a rentabilidade econômica do sistema de produção mediante um consumo reduzido de recursos não renováveis”.

A “sustentabilidade” é definida como “a capacidade que têm os sistemas produtivos para manter ao largo do tempo seus níveis de produtividade quando estão sujeitos a uma pressão ou perturbação”. Assim, um sistema será sustentável quando estiver dotado de abundantes mecanismos internos que retornem ao caminho do desenvolvimento anterior ao elemento “distorcionador do equilíbrio”.

Já a “estabilidade” seria verificada em três níveis diferentes e inter-relacionados: a “estabilidade de gestão”, a “econômica” e a “cultural”, sendo o termo definido como a propriedade do sistema que assegura “a constância da produção sob um conjunto de condições econômicas, ambientais e de gestão cambiantes”. Neste sentido, as peculiaridades dos agroecossistemas, incluindo homens e mulheres que fazem parte dele, determinariam uma maior ênfase sobre a importância do desenvolvimento local.

A “equidade”, apesar da dificuldade que existe em defini-la, deveria ser entendida como equânime, sendo distribuídos entre os seus potenciais beneficiários os recursos e os resultados da produtividade obtida em cada agroecossistema. Ou,

pode-se dizer que está alcançando o objetivo de equidade “um sistema produtivo que pode fazer frente a elevações da demanda por alimentos sem que se incremente o custo social de produção”.

O princípio da “autonomia”, por sua vez, diz respeito “ao grau de integração dos agroecossistemas, refletido pelo movimento de materiais, energia e informação entre seus componentes e entre cada agroecossistema e o ambiente externo, assim como o grau de controle exercido sobre estes movimentos”. Deduz-se que, quanto mais depender do mercado, menos autônomo será o sistema; da mesma forma que quanto mais dispuser internamente dos elementos que entram no processo de produção, mais autônomo será.

O modelo de desenvolvimento rural baseado nos princípios da Agroecologia apresenta-se alternativo ao atual porque inclui características que o fazem socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável. Para tanto, é mister que os planos de desenvolvimento tenham em conta não só as bases ecológicas da agricultura sustentável, como também os princípios da economia ecológica. No passado, a falta de uma compreensão integral contribuiu para a crise ecológica e socioeconômica atual que afeta a agricultura moderna e a sociedade como um todo.

Uma estratégia agroecológica pode guiar o desenvolvimento rural sustentável para lograr objetivos de longo prazo, como manter os recursos naturais e a produção agrícola; minimizar os impactos sobre o meio ambiente; adequar os ganhos econômicos quanto à viabilidade e eficiência; satisfazer as necessidades humanas e responder às necessidades sociais das famílias e comunidades rurais. Portanto, a Agroecologia pode servir como paradigma diretivo, já que define, classifica e estuda os sistemas agrícolas a partir de uma perspectiva ecológica e

socioeconômica.

Como quase todas as correntes teóricas da sustentabilidade, a perspectiva agroecológica considera a intervenção do Estado como um dos entes potencializadores dos processos de transição. O reconhecimento pelo Estado pode significar a inserção dos neo-rurais no contexto mais amplo das políticas públicas, transformado em um ente potencializador, difusor das prerrogativas de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, os defensores da Agroecologia estão propondo mudanças nos conteúdos dos currículos de formação profissional, nos conteúdos, nas técnicas e metodologias de investigação e extensão para que possam vir a ser instrumentos voltados para a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Trata-se de aportar com o conhecimento acadêmico fundamental para viabilizar as iniciativas, ampliando a oferta de capacitação na área.

A crise do paradigma convencional da modernização e os problemas econômicos, sociais e ambientais que se abateram sobre uma grande parte da humanidade fizeram do final do século XX um período rico e desafiador, ao se exigir que fossem buscadas formas alternativas para os humanos e destes para com a natureza.

Um exemplo interessante de alternativa é observado no modelo cubano. Com a crise advinda da queda do bloco soviético, a produção agrícola da ilha foi forçosamente redefinida. A utilização de fertilizantes e defensivos importados necessitava ser substituída por similares que pudessem ser encontrados na ilha. A produção biodinâmica foi a opção: investiram em pesquisa, criaram fábricas de microorganismos, desenvolveram defensivos naturais, entre outras práticas de manejo. A agricultura orgânica tem sido incentivada até em zonas urbanas, em

áreas pequenas, restritas, até mesmo a quintais e terraços. Com isto, têm sido retomadas muitas práticas rurais tradicionais não agressivas ao meio ambiente.

O fracasso no desenvolvimento rural pode acarretar sérios danos ambientais. Desde o planejamento, é fundamental dar atenção ao desenvolvimento sustentável, devendo-se considerar a superposição das diferentes gerações de forma a garantir a continuidade da vida.

1.4 - Pontes para Sustentabilidade

“ O que está em risco é a terra em sua totalidade, e os homens em seu conjunto. A História global entra na natureza, a natureza global entra na História: e isto é inédito na Filosofia.” (Michel Serres)

Uma nova ordem se impõe, apesar do enorme abismo que separa a elaboração teórica e o discurso político das práticas sociais, capaz de desviar a humanidade de uma possível rota de colisão com o mundo da natureza.

A sustentabilidade é um conceito que integra e unifica, tendo ação avassaladora sobre a noção tradicional de produção agrícola, na qual a natureza ainda é considerada um componente a ser dominado.

A sustentabilidade importa em transformação social, escopo universal e vigor expansionista. Surge no espaço da discrepância entre as instituições existentes e a emergência de novas idéias; propõe a aproximação, a unidade homem-natureza, em uma relação simbiótica, onde se investe na continuidade de um futuro comum.

Segundo Kuhn, isto revela um novo paradigma, compondo um conjunto de

crenças, valores e técnicas partilhadas pelos membros da comunidade.

É necessário, então, substituir os velhos padrões estabelecidos para solucionar os problemas decorrentes da produção agrícola tradicional.

Muito pouco é possível fazer sem que transformações mais amplas se operem nas relações políticas entre o Estado, a sociedade e os mecanismos clássicos da democracia, sem que se amplie a consciência ambiental, sem que se busque uma reelaboração interdisciplinar do conhecimento e, finalmente, sem que se proceda a uma reorganização transetorial da administração pública.

A ponte para a sustentabilidade – propósito que contém o universo dos valores – possui dois pilares: o da democracia e o da equidade. Ambos se ampliam como aspirações do homem moderno, exercendo resistência aos apelos do individualismo e do mercado, embutidos no âmago da globalização.

O espaço da liberdade garantido pela democracia permite a expressão legítima e consistente das demandas por equidade, ainda que de forma fragmentária, revelando o sentido humano do desenvolvimento.

Observa-se que o comprometimento dos indivíduos com uma sociedade sustentável tem crescido em proporções consideráveis, como também ampliam-se geometricamente os estudos sobre o tema.

A incorporação, como premissa básica da idéia de sustentabilidade às políticas de desenvolvimento, introduz o sistema no universo ecológico. Assim, a elaboração de políticas de incentivo ao desenvolvimento rural sustentável pode ser entendida como um resgate do mundo rural na sua expressão mais ampla.

Em suas práticas empresariais, os neo-rurais apropriam-se desse conceito, utilizando-o para agregar valor ao bem ou serviço. São iniciativas que sinalizam para a transformação da pequena produção, adquirindo nesse processo uma fisionomia

ecologicamente definida, modificando-se, também, as condições de reprodução da força de trabalho.

Os valores inerentes a uma postura ambiental definida estão presentes no âmago do processo do êxodo urbano. A valorização da natureza, a busca de um relacionamento produtivo harmônico e a expansão da percepção do todo são atributos disseminados em suas práticas, mas é o capital intelectual em jogo que permite a transcendência dos objetivos.

Outrossim, é o nível de especialização que determina a capacitação específica a ser desenvolvida. Os neo-rurais chegam ao campo com conhecimento único, uma formação cultural determinada por informações complexas e globais decorrentes de sua experiência anterior, oxigenando a comunidade rural. Como não existem linhas de crédito específicas para este tipo de empreendimento, contam com capital próprio para o investimento, refletindo, dessa forma, autonomia em relação ao crédito, aliviando a pressão econômica dos setores governamentais.

A ação do Estado passaria por uma estratégia de integração dos neo-rurais às políticas públicas de desenvolvimento rural integrado e sustentável, inserindo-os no contexto maior das políticas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (MDA), incentivando os agronegócios já implantados e fomentando novas iniciativas.

Desta forma, identificar os fatores que levam profissionais liberais urbanos a tornarem-se empresários rurais constitui um campo fecundo para o reconhecimento, a integração, a ampliação e a evolução de tais iniciativas empresariais, pontes de difusão da sustentabilidade.

1.5 - Mudanças

Mudança é a única certeza que se tem ao pensar em continuidade produtiva, pois os processos evoluem continuamente. O ritmo no campo, de certa forma, ainda acompanha o tempo da tradição, da natureza.

As condições atuais, porém, impõem inovações capazes de minimizar o descompasso social gerado pelas formas de exploração praticadas, o que muito se diverge do entendido como desenvolvimento em uma visão mais ampla.

No setor público, a descentralização procura efetuar as transformações necessárias, ainda que não perceba o potencial dinamizador dos neo-rurais no processo. Por exemplo, na elaboração das Políticas Públicas, eles não são referendados como expressão social, fato que os exclui da participação em treinamentos oferecidos por agências governamentais, direcionados a categorias específicas (PRONAF).

A harmonização dos interesses pode facilitar a geração dinâmica de ações convergentes. Os neo-rurais manifestam-se de forma silenciosa, não têm espaço significativo na mídia. O potencial desses atores como pólo estratégico de desenvolvimento do capital humano ainda é desconhecido. Então, analisar a participação dos neo-rurais pode revelar formas alternativas de alavancagem do desenvolvimento rural sustentável proposto nas formulações, uma vez que talento, inteligência e conhecimento são forças econômicas na nova sociedade.

Segundo Crawford (1997), liberdade e capital humano fazem parte do novo paradigma da sociedade do conhecimento, acarretando uma transformação de atitudes em massa em detrimento daquelas preestabelecidas. A visão de mundo “industrial” –

hierarquia, conformidade, padronização, centralização, eficiência, especialização, maximização da riqueza material, ênfase ao quantitativo – dá lugar, na sociedade do conhecimento, à visão mais abrangente, que valoriza a igualdade, a subjetividade, a diversidade e a descentralização, enfatizando também a interdisciplinaridade, qualidade de vida, pluriatividade, auto-expressão e auto-realização.

Dessa forma, o trabalho tornou-se uma escolha livre e foi integrado em uma vida repleta e satisfatória, que expressa e afirma o indivíduo e o poder de mudar seu estilo de vida. Pode-se considerar a hipótese de que os neo-rurais tenham partido para o campo impregnados dessa nova visão de mundo, de valores-chave, como: respeito à singularidade e privacidade, abstenção da coerção e da violência, respeito à natureza, igualdade entre os indivíduos e liberdade econômica e pessoal.

A realidade evidencia que esta filosofia básica, aliada à visão de mundo da sociedade do conhecimento, está cada vez mais incorporada ao rol das atitudes dos indivíduos. Muitos autores têm procurado alternativas para o pensamento econômico fragmentário, reducionista, que se restringe a uma análise puramente quantitativa dos fenômenos.

Schumacher (1982), em *O negócio é ser pequeno*, afirma: “ a expansão da economia destrói a beleza das paisagens naturais com edifícios medonhos, polui o ar, envenena os rios e lagos. Mediante um condicionamento psicológico implacável, ela rouba das pessoas o senso da beleza, enquanto gradualmente destrói aquilo que há de belo em seu meio ambiente”. Ele sinaliza para uma economia de não-violência, que possa cooperar com a natureza em vez de subjugar-la e explorá-la.

A idéia central de sua filosofia econômica é a introdução explícita de “valores” no pensamento econômico, na busca do crescimento isento de qualquer qualificação, onde a meta é atingir o máximo de bem-estar humano junto com o

melhor modelo possível de consumo. Sustenta também que se faz necessário um sistema inteiramente novo de pensar, que se atente para as pessoas. Enfim, uma economia que funcione “como se as pessoas realmente importassem”.

Essa mudança irá exigir uma profunda reorientação da ciência e da tecnologia, destacando como intermediadoras estratégias éticas e culturais. Exige uma nova orientação em direção a tudo que se constituir como “orgânico, brando, não violento, terno e belo”.

Há muito o que explorar, novos modos de pensar, novos valores, novas formas de relacionamento. Porém, pode-se observar em suas formulações a crença em uma ordem fundamental, de dimensão vertical, patriarcal, masculina, na qual o “raciocínio em rede” não se realiza, sendo então preciso ir mais além.

Henderson, em seu livro “*Creating alternative future*” (1978), afirma que o paradigma cartesiano está falido e que os problemas econômicos, políticos e tecnológicos provêm, em última análise, da “insuficiência da visão cartesiana do mundo” e da orientação “masculinizada” de nossas organizações sociais.

Referindo-se à série de crises contemporâneas, afirma que “não importa se damos a elas os nomes de ‘crises energéticas’, ‘crises ambientais’, ‘crises urbanas’, ‘crises populacionais’, o fato é que temos de reconhecer quanto estão todas arraigadas na crise maior de nossa percepção estreita e inadequada da realidade”. Dessa forma, os grandes problemas de nossa época são diferentes facetas de uma só crise, que é essencialmente uma crise de percepção.

Henderson critica ainda a fragmentação do pensamento econômico contemporâneo, a ausência de valores, a obsessão pelo crescimento econômico sem progresso qualitativo e a omissão dos economistas que não levam em consideração o ser humano e sua dependência do “mundo natural”.

Assim como Schumacher, ela estende sua crítica à tecnologia moderna e defende uma postura de profunda reorientação dos atuais sistemas econômicos e tecnológicos, baseada no uso de recursos renováveis e no respeito à condição humana. Inclui nesta crítica a política, afirmando que "a economia não é uma ciência, é meramente política disfarçada". Entende, então, a economia apenas como um aspecto de toda uma estrutura ecológica e social, procurando um novo mapeamento da interdependência entre o econômico, o social e o ecológico; buscando, a todo instante, romper com o modo linear de pensamento revendo conceitos, como o de riqueza, sobre o qual propõe que "deve eliminar algumas de suas conotações atuais de acumulação de bens e de capital para ser redefinido em termos de enriquecimento humano."

Questiona eficiência, produtividade, competitividade. Para quem? Os indivíduos, as organizações, a sociedade ou o ecossistema.

Conclui, então, que um novo arcabouço ecológico é necessário, no qual os conceitos e as variáveis da teoria econômica estejam relacionados àqueles usados para descrever os ecossistemas a que estão imersos.

Não se restringe aos aspectos conceituais esse reexame, precisa abranger, em seu nível mais profundo, o sistema de valores subjacentes. Indica, então, que muitos dos atuais problemas sociais e econômicos podem ser reconhecidos como tendo suas raízes nas dolorosas adaptações dos indivíduos e das instituições aos mutáveis valores de nossa época.

Então, um novo arcabouço ecológico se faz necessário, no qual os conceitos e as variáveis da teoria econômica estejam relacionados àqueles usados para descrever os ecossistemas em que estão imersos, não se restringindo aos aspectos conceituais, mas abrangendo, em seu nível mais profundo, o sistema de valores

subjacentes.

Contudo, na tentativa de higienizar o seu campo de estudo, os economistas negam-se a reconhecer os sistemas de valores em que seus modelos estão baseados. Agindo assim, aceitam, tácitos, o conjunto de valores desequilibrado que predomina em sua cultura e incorporado pelas instituições sociais. A economia glorificou algumas das predisposições menos louváveis: cobiça material, competitividade, gula, orgulho, egoísmo, imprevidência e ganância.

A consciência masculina que domina a cultura foi concretizada através de uma tecnologia machista, voltada para a manipulação e o controle, e não para a cooperação, impondo-se a si própria e restringindo-se a uma aplicação regional e local, por pessoas isoladas ou pequenos grupos. Precisa, então, ser substituída por princípios ecológicos que correspondam a um conjunto novo de valores.

Na sociedade atual, os valores tipicamente masculinos – competitividade, dominação e expansão – são privilegiados, enquanto os considerados femininos (cooperação, criação, humildade e pacificidade) são negligenciados, tornando-se nesse momento imprescindível uma síntese que possibilite um equilíbrio mais saudável entre tais valores.

Mudanças culturais são inerentes às transformações necessárias. A cultura da “Era Solar”, comenta Schumacher, inclui o movimento ecológico, o feminista, pacifista, enfim, os muitos movimentos de cidadãos formados em torno de questões sociais e ambientais, que respaldam as contra-economias baseadas em estilos de vida descentralizados, cooperativos e harmoniosos.

Uma abordagem ecológica da economia terá de entender como as atividades econômicas estão imersas nos processos cíclicos da natureza e no sistema de valores de uma determinada cultura.

O conhecimento ecológico é sutil e muito difícil de ser usado como base para um movimento de massa, pois é limitado em sua capacidade de provocar o ímpeto revolucionário necessário para mudar as instituições humanas de forma radical. Sua difusão é lenta, depende de uma conscientização que deve ser didaticamente introduzida, aumentando a compreensão das dimensões ambientais, sociais e econômicas necessárias à compreensão de uma sociedade mais justa. Absorvido e metabolizado pelo neo-rural, é mais facilmente difundido na comunidade a que pertence.

2 - NEO-RURALISMO

2.1 - Os Caminhos do Neo-ruralismo

Em vários períodos históricos alavancados pelo tradicional motor da necessidade, ocorreram importantes processos de deslocamento populacional no Brasil.

Os ciclos econômicos de exportação de produtos agrícolas induziram migrações, como nos casos dos ciclos da borracha, do café, da cana e da soja. Outras mais foram fomentadas por políticas migratórias, como a ocupação de fronteiras, sendo também produzidas pela contração do mercado de trabalho urbano, resultando na migração de retorno.

Os neo-rurais sinalizam para uma expressão singular de migração. Segundo Giuliani, “o que os faz reviver valores próprios do mundo rural, transformando-os em uma força crítica das formas em que a sociedade inteira se desenvolve, é uma livre escolha bem precisa e particular, isto é, quando as pessoas decidem não mais morar na cidade e não mais trabalhar só em profissões urbanas, resolvendo se mudar para o campo e trabalhar na agricultura ou na criação de pequenos animais”.

No Brasil, esta forma de buscar qualidade de vida no campo, base do neo-ruralismo, tem dimensões desconhecidas, embora se possa identificar em muitas regiões um expressivo número desses atores sociais.

No escopo de sua pesquisa sobre as formas de reprodução e expansão das unidades produtivas capitalistas no campo do Estado do Rio de Janeiro, Giuliani deparou-se, principalmente nos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, com expressões significativas que apontavam para o surgimento de “um novo rural” no

campo brasileiro.

O ator social foco do presente estudo, como já comentado, são os neo-rurais, ou seja, cidadãos que procuram instalar-se na zona rural, onde desenvolvem projetos pluriativos de agronegócios “ecologicamente definidos”. Eles ilustram uma nova expressão empreendedora no campo.

Convém esclarecer que não é a soma de suas individualidades que pode conferir densidade sociológica às suas práticas. Os neo-rurais se tornariam interessantes, alvo de políticas, se fossem capazes de expressar um movimento de forças sociais que induzisse os indivíduos a determinadas práticas ou que os colocasse diante de determinadas escolhas.

O fato de o fenômeno nascer das definições existenciais dos indivíduos e de responder a desejos e aspirações muito mais que à necessidade não priva o fenômeno de suas qualidades sociais. Ao contrário, tais formas de “ida ao campo” podem apontar novas formas de expressão para o desenvolvimento rural sustentável dentro de uma política de integração estimulada.

A partir dos estudos teóricos franceses – no Brasil pouco se tem abordado o assunto – busca-se perceber o fenômeno e delinear os contornos de uma problemática, o que poderá revelar aspectos de sua reprodução social.

Para os autores franceses, o neo-ruralismo é um fenômeno capaz de expressar dimensões críticas, ou mesmo de ruptura, com relação aos valores predominantes no paradigma desenvolvimentista e na visão reducionista e dicotômica do rural/urbano. Longe de serem vistas como aglomerações de concepções reacionárias, essas dimensões são percebidas como uma possível variável de superação dos estereótipos ligados aos produtores rurais e suas formas produtivas.

H. Nallet e C. Servolim (1987) comentam o quanto esses clichês estão dicotomicamente estruturados – tradicional/atrasado, moderno/industrializado. Outro exemplo são as características contraditórias de um homem rural: por um lado é rude, fechado a mudanças, e propriedade dos políticos; de outro, o último cidadão livre, aquele que possui o saber autêntico, ainda não capturado pelas instituições urbanas e pelo consumo supérfluo. Incorpora dimensões próprias da cultura urbana, como tempo produtivo e tempo livre. Entretanto, questiona as condições de vida da cidade, degradadas e degradantes, exaltando a qualidade de vida no campo. Valorizar o espaço cotidiano, tornando-o desejável, consumível, é a dimensão mais evidente e racionalização primeira do neo-ruralismo.

O duplo movimento de desterritorialização-reterritorialização do neo-ruralismo subverte o antigo modo de “habitar”, que é também a maneira de produzir do rural tradicional. O movimento altera as relações sociais de produção, que passam a ser legitimadas por uma simbologia “nova” da terra, tomada de empréstimo ao antigo processo de “habitar” e produzir.

Eizner e Decourt (1983), em seus estudos sobre as mudanças ocorridas nos campos da Bretanha, descrevem a seguinte situação paradoxal, ocorrida na região de Providence: “o modo de produzir arcaico dos camponeses gera nos atores motivações e expectativas de um modelo ideológico moderno, enquanto o modo de produzir moderno gera motivações e expectativas neo-ruralistas que, no fundo, têm suas raízes no modelo ideológico pré-capitalista”.

Analisa o neo-ruralismo como uma forma de reação canalizada e operacionalizada; um protesto contra o trabalho fragmentado, o gigantismo urbano, a degradação das relações sociais e a urbanização massificante; a condenação da forma de vida dominada.

Outra dimensão do neo-ruralismo percebida é o prazer em fazer, fator este que orienta as ações, a escolha das novas atividades, de novas relações sociais, de novas formas de sociabilidade e de identificação. O neo-ruralismo pode, então, ser caracterizado tanto por algumas dimensões básicas afirmativas – a valorização da natureza e da vida cotidiana, a busca da auto-determinação, do trabalho prazeroso, da integralização do tempo e das relações sociais –, quanto por dimensões negativas, como: a recusa do espaço e do tempo da indústria e a crítica à ditadura dos papéis produtivos da cidade, que induzem os indivíduos ao labirinto das frustrantes relações secundárias.

A partir dessa perspectiva evidenciada pelos autores franceses, podem-se tecer comentários quanto ao comportamento socioeconômico do neo-rural brasileiro e suas especificidades desveladas.

Inicialmente, o processo de desenvolvimento da agricultura naquele país se processou de forma diferenciada. Enquanto os franceses reproduziam o modelo de produção familiar no campo, os neo-rurais brasileiros não o fizeram devido ao seu modelo capitalista de produção.

Nos estudos de Giuliani (1990), com raras exceções, os neo-rurais da região serrana fluminense assemelhavam-se a simples capitalistas que se cansaram da vida na cidade.

Um estudo das mudanças ocorridas desde então, como a inserção de novos valores, pode evidenciar formas de ampliação da consciência desse neo-rural. Caracterizar sua inserção dentro de uma perspectiva mais ampla de visão de mundo significaria imergir no sentido da ação de seu projeto. A questão da sustentabilidade, por exemplo, é hoje fator relevante em qualquer projeto de desenvolvimento, visto que a preocupação com o meio ambiente é imperativa.

A partir da percepção do sentido da ação e das atitudes, pode-se analisar a influência dos neo-rurais no meio social, questionando-se fundamentalmente, a possibilidade de atuarem como vetores do desenvolvimento local sustentável. Ainda, a análise dos projetos desenvolvidos pelos neo-rurais pode propiciar o mapeamento das formas empreendedoras em sua dimensão organizacional.

A práxis dos neo-rurais pode estar sempre contribuindo para alguma mudança significativa no plano social. Pode promover a reterritorialização; modificar a forma de habitação; configurar modelos alternativos de enfrentamento do caos urbano e da estagnação rural, se reconhecida pelos Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Desta forma, após explorar a manifestação do fenômeno do neo-rural em sua expressão particular, seria interessante observar o conjunto de relações institucionais que interpenetra seu universo de ação.

A integração desse novo ator na trama sociopolítico-institucional de forma produtiva é uma questão que merece aprofundamento em seus estudos, consideradas as alterações significativas nos rumos das políticas, as mudanças promovidas pelo processo de descentralização e a busca de modelos alternativos de Desenvolvimento Rural Sustentável.

2.2 - Turismo Rural

Em um contexto de reestruturação das condições socioeconômicas das áreas rurais, o turismo rural tem sido apontado como uma forma alternativa de desenvolvimento local. Garante a revitalização de áreas decadentes e estagnadas

ao fomentar a diversificação de renda e trabalho para parcelas significativas da população rural.

O redirecionamento do enfoque para o desenvolvimento local é uma tendência atual, que visa amenizar as distorções e os desequilíbrios causados pelo modelo de desenvolvimento produtivista adotado na modernização conservadora. As pequenas cidades ou áreas rurais podem, então, alcançar um nível de desenvolvimento com base em seus recursos locais ou endógenos. Assim, os espaços locais deixam de ser meros receptores de estratégias econômicas externas, como a descentralização industrial, e passam a ser analisados por meio de seus elementos constituintes, quer de natureza material, quer de natureza simbólica e cultural.

O turismo rural não é um fenômeno novo nos países centrais, sendo retratado desde o século XIX na Europa como alternativa ao estresse e às atribuições decorrentes da expansão dos centros industriais. A partir dos anos 70, o turismo rural toma novos contornos, crescendo o número de pessoas envolvidas nessa modalidade. Passa a ser considerado como forma de diversificação econômica das atividades produtivas e um meio para a revitalização das zonas rurais desfavorecidas ou afetadas pela crise econômica e pelo efeito negativo de algumas reformas de políticas agrícolas.

O retorno ao campo passa a ser visto como um revigoramento de uma série de valores típicos do velho mundo rural (relações mais estreitas com a natureza, ar puro, tranqüilidade, valorização do espaço cotidiano) e se manifesta por meio de uma abordagem diferenciada do passado, do rústico, contrapondo-o e negando a forma de vida “dominada” pelo padrão urbano/industrial.

No Brasil, o turismo rural ainda é recente e carece de programa específico,

mas várias experiências já despontam em algumas áreas rurais, como na região serrana fluminense, possibilitando uma revitalização econômica e cultural de locais antes condenados ao declínio.

Além de melhorar a renda e ampliar as alternativas de trabalho para a população, o turismo em áreas rurais tem sido considerado como alternativa de desenvolvimento local e regional por uma série de fatores: gera renda através de impostos e divisas para as localidades; estimula diversas atividades produtivas inerentes ao contexto rural, como produtos agrícolas e artesanais; proporciona melhorias de infra-estrutura (construções, serviços públicos, transportes e comunicações, entre outros). Todavia, a comunidade precisa ter participação efetiva no desenvolvimento do turismo e é que ocorra regulação do Estado, de forma a minimizar os impactos sociais, ambientais e econômicos.

Muitos dos neo-rurais identificados no presente estudo têm no turismo rural uma atividade principal ou secundária, dependendo das características específicas da propriedade. Um exemplo emblemático é o Circuito da Ponte Branca, em Nova Friburgo. Ele é constituído por um grupo de neo-rurais que, com apoio de uma organização não-governamental francesa, desenvolveu um circuito integrado por placas de sinalização, onde o turista pode optar por uma série de atividades, dentre elas cavalgadas, visitas a produtores, pesque-pague e hospedagem. Este circuito possui uma sede, que fica à margem da rodovia principal, onde são expostos produtos e fornecidas maiores informações dos serviços, a fim de obter uma maior aproximação com o público-alvo.

O rural está longe de deixar de existir, mas é necessário desmistificar sua imagem cristalizada, imune a mudanças. Ele sofre alterações em seu ambiente físico e nas relações sociais que se estabelecem, redefinindo-se à medida que há

ampliação da oferta de serviços como saúde, educação, comunicação, transporte (que até então eram definidores do espaço urbano), além das novas relações de trabalho, produção e contatos mais estreitos com outras culturas. O que está sendo questionado é justamente a análise dicotômica entre o “rural” e o “urbano” e todas as suas conotações aí imbricadas.

Observa-se que os neo-rurais representam um transbordamento do urbano no rural. Essas manifestações de êxodo sinalizam compartilhamento de qualidades, valores, conhecimentos, vivências, práticas cidadãs, dinamizando o desenvolvimento rural integrado e sustentável.

Ocorre, na prática, uma revitalização do meio rural com a ampliação de alternativas de renda e trabalho, não mais associada tão somente à agricultura *stricto sensu*, o que se revela preponderante no momento em que o urbano não se apresenta mais como uma alternativa promissora de emprego para um segmento significativo da população.

Nesse sentido, são interessantes as observações de Celso Furtado sobre as transformações que a sociedade está passando. (Alentejano, 1997).

“Há um fenômeno novo e possivelmente único no mundo: parte da população urbana quer voltar para o campo. Nunca vi isso. Todo o processo de desenvolvimento moderno no sentido da população que deixa o campo não volta mais por ser seduzida pelas luzes da cidade como dizia Charles Chaplin. O progresso, a modernidade, a civilização tem relação com a cidade, com vida urbana. Os movimentos da população sempre foram do campo para a cidade, mas estamos vendo o oposto. O governo deveria refletir profundamente sobre isso, pois em toda parte está colocada a discussão de como criar empregos. Na Europa estão tentando

alterar a matriz de ocupação. Nós temos uma situação única no mundo, pois nossa população precisa de muito mais alimentos, temos terras disponíveis e gente disposta a trabalhar a terra. Só não resolvemos o problema por falta de vergonha”.

Os sinais são claros, a sociedade busca alternativas, novos atores – como os neo-rurais – surgem com propostas diferenciadas que necessitam ser reconhecidas, consideradas e inseridas com vontade política, observado-se a capacidade dinamizadora que explicitam.

Relembrando a afirmação de Giuliani (1990), diferentemente dos neo-rurais europeus, que vão ao campo reproduzir o modelo de produção familiar, os neo-rurais brasileiros reproduzem o modelo capitalista, ou seja, “(...) eles exigem de seus trabalhadores uma racionalidade urbana na organização do trabalho e no processo produtivo, porém lhes impõem condições rurais quando se trata de salário, moradia ou jornada de trabalho (...).”

Como estão traduzidas essas relações hoje e como se reproduziram os atores envolvidos são questões de relevância para investigação. A região serrana tem atraído um expressivo número de neo-rurais pluriativos, que buscam no campo “opção de vida”, atuando em atividades significativas ao desenvolvimento rural integrado e sustentável.

2.3 - Pluriatividade

A noção de pluriatividade tem recolocado algumas indagações pertinentes acerca do destino da agricultura, levantando questões básicas sobre o desenvolvimento no campo. Pode-se afirmar que está havendo uma redefinição da organização do trabalho e da produção no meio rural, na qual a pluriatividade é

observada como um processo específico, que indica uma nova forma de explorar o meio rural, colaborando para a constituição de uma nova categoria.

Na realidade, esta noção engloba categorias e processos sociais distintos, que respondem a diferentes questões historicamente datadas, apreendendo uma multiplicidade de formas de trabalho e renda nas unidades agrícolas.

O atual meio rural brasileiro não pode ser caracterizado exclusivamente pela sua produção agropecuária. As atividades não-agrícolas estão se tornando uma importante fonte de emprego e renda para parcelas significativas da população. Em termos numéricos, a proporção de trabalhadores rurais ocupados em atividades não-agrícolas cresceu de 20,8%, em 1992, para 22,8%, em 1995, ou seja, cerca de 348.000 pessoas residentes no meio rural exerceram atividades não-agrícolas no início da década de 90. Nesse sentido, a agropecuária brasileira torna-se uma atividade de tempo parcial para um número cada vez maior de famílias que vivem no campo, ressaltando-se, porém, que os estudos de agricultura em tempo parcial são ainda recentes.

Em seu “êxodo urbano”, os neo-rurais trazem em sua bagagem um capital intelectual que os instrumentaliza a novas formas de expressão empresarial, acabando por absorverem um contingente considerável de trabalhadores pluriativos.

Apesar de a recorrência a atividades extra-agrícolas por parte da população do campo ser uma prática muito antiga na sociedade brasileira, são poucos os autores que se utilizam da noção de pluriatividade para caracterizá-la. (GRAZIANO,1996)

Graziano (1997), em uma comparação da evolução da PEA (população economicamente ativa) rural e da agrícola nos anos 90 no Brasil, verificou uma expressiva diminuição do trabalho assalariado agrícola, que apresenta a mais baixa

remuneração em se comparado com os demais trabalhos, e um aumento significativo de pessoas que se dedicam a atividades agrícolas de tempo parcial e de autoconsumo. Diante desse quadro, o autor conclui que a criação de empregos não-agrícolas no atual meio rural brasileiro é a única estratégia possível para manter a população pobre no campo e, ao mesmo tempo, aumentar seu nível de renda.

Os neo-rurais têm papel preponderante na diversificação e no desenvolvimento de novas atividades produtivas, impulsionados por demandas específicas das classes média e alta urbana, das quais a maioria é oriunda. Nessas novas atividades, atuam em “nichos de mercado” e se diferenciam das tradicionais *comodities*, dirigidas aos mercados agropecuários internos e externos, respondendo, assim, com uma produção “pós-fordista”.

Exercem atividades tais como piscicultura, produção orgânica de legumes e verduras, plantas medicinais, criação de pequenos animais de alto valor agregado, turismo rural e construção de pousadas. Revitalizam, também, atividades tradicionais, como artesanato.

Nesse contexto, um outro significado atribuído à pluriatividade seria o da diferenciação socioeconômica das famílias agrícolas por meio da diversificação de serviços, dentro de um ambiente caracterizado pelo renascimento do rural por parte do citadinos, que valorizam a natureza e a vida no campo e investem em agronegócios.

O progresso no campo deixa de ser pensado exclusivamente como desenvolvimento agrícola, como a única estratégia para a problemática de emprego e renda. O meio rural passa a apresentar novas alternativas de renda para os cidadãos do campo e imigrantes urbanos. Tal perspectiva leva também à redefinição do “rural”. A partir da unificação dos mercados de trabalho rural e urbano, com o conseqüente desaparecimento da dicotomia campo-agricultura/ cidade-indústria-

serviços, o "rural" passa a incluir novos bens materiais e culturais, advindos da expansão do comércio, turismo e lazer.

Segundo Lamarche (1984), o "pluriativo" é uma categoria social inovadora e distinta, na medida em que carrega uma imbricação de valores urbanos e rurais, apresentando um *modus vivendi* próprio e contribuindo para a construção de uma nova sociedade rural. É interessante observar que a pluriatividade não diz respeito apenas aos trabalhadores locais, afeta também os neo-rurais, muitos dos quais continuam exercendo, em tempo parcial, sua atividade anterior, de certa forma disponibilizando sua experiência em prol da comunidade. Assim, além de aportar com o conhecimento perito necessário à produção no campo, o neo-rural disponibiliza também sua formação profissional de forma produtiva na comunidade. Sua integração institucional, então, adquire caráter relevante e significativo para o cenário rural e nacional.

3 - ASPECTOS INSTITUCIONAIS

3.1 - Trama Política

No Brasil, dadas as condições sociais excludentes, o eixo central de uma política de desenvolvimento deve ser a erradicação da pobreza. As políticas públicas devem ser capazes de propiciar o estabelecimento de um patamar mínimo de cidadania. Só, então, pode-se pensar na capacitação para geração de renda, na ampliação das potencialidades locais, no incentivo ao associativismo e na extensão de acesso a um maior número de cidadãos. Para tanto, faz-se necessário introduzir, desenvolver e disseminar as alterações comportamentais inerentes a mudanças.

Desta forma, deve-se priorizar a educação, investir em mudanças qualitativas de efeito emancipador, ampliando o universo das atividades praticadas no meio rural, o que significa aumento de oportunidades para uma nova geração de agricultores. Porém, o retorno é lento e as questões são emergenciais.

Visando agilizar as ações governamentais, a descentralização faz parte da maioria das políticas atuais e desemboca inovações institucionais. O desenvolvimento dos quadros técnicos que operacionalizam esses procedimentos proporciona a elevação dos níveis de eficiência, eficácia, efetividade e relevância nas ações propostas. A capacitação e a extensão rural passam por um processo de mudança conceitual, visando à adequação das novas diretrizes do desenvolvimento rural integrado e sustentável. Neste contexto, o fortalecimento da capacidade de gestão pública local para uma política participativa constitui a principal tarefa no âmbito do desenvolvimento institucional.

Uma política participativa traz à tona a especificidade das carências, as

restrições e potencialidades de desenvolvimento; a participação da comunidade, que se converte em recursos humanos; permite também que os destinatários da ação pública exerçam o controle social, influenciando nos rumos da política.

Não é possível estabelecer, *a priori*, a forma de gestão e desenvolvimento ideal ao processo de descentralização, assim como o grau de delegação e autonomia de determinadas atribuições.

Não existe uma só forma de descentralizar. A opção feita deve levar em consideração as características específicas inerentes ao setor e suas implicações.

3.2 - Sobre o CNDRS

A percepção da dinâmica imposta pelas determinações do CNDRS parece ser elucidatória quanto ao reconhecimento de suas implicações. Sendo assim, uma breve análise de seu conteúdo pode ser reveladora.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável tem por objetivo articular e adequar as políticas públicas para o setor. Visa promover o desenvolvimento rural sustentável, o que influencia uma parcela significativa do rural brasileiro, visto que 4,2 milhões de estabelecimentos rurais familiares no país foram qualificados no Censo Agropecuário de 1995/1996.

O CNDRS é presidido pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário, foi criado pelo Presidente da República, pelo Decreto 3.200/99 (anexo 1), e reformulado pelo Decreto 3.508/2000. É integrado pelos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; Agricultura e Abastecimento; Trabalho e Emprego; Educação; Saúde; Integração Nacional, Meio Ambiente e Fazenda; pelo Programa Comunidade Solidária; INCRA; três representantes de Estados, Distrito Federal e municípios;

dois representantes dos trabalhadores rurais; dois integrantes dos projetos de assentamentos; dois representantes de entidades ligadas ao desenvolvimento rural sustentável; um de entidade civil setorial relacionada com a produção agrícola ou primária e um das cooperativas de pequenos produtores rurais.

Sua atuação não se restringe ao âmbito nacional, tendo um papel bastante ativo no apoio aos conselhos estaduais e municipais, contribuindo para a descentralização das ações dos programas e promovendo maior articulação com a sociedade.

Os Conselhos são espaços dinâmicos de discussão e organização de ações locais e regionais, com poder real para estabelecer parcerias e criar processos participativos.

As comunidades locais são agentes transformadores do meio ambiente e da família e o CNDRS tem um papel fundamental como orientador dessas dinâmicas, propiciando suporte com as Câmaras Técnicas.

Uma das finalidades do CNDRS é deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), baseando-se nos fundamentos dos programas de Reforma Agrária, de Fortalecimento da Agricultura Familiar e do Banco da Terra. É papel do CNDRS, também, aprovar anualmente o Plano Safra da Agricultura Familiar e orientar os Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável reconhecidos pelo CNDRS no seu âmbito de atuação.

Como órgãos de assessoria do Conselho Nacional, as Câmaras Técnicas têm o papel de, com base em estudos e pareceres de matérias demandadas pelo CNDRS, propor normas, fontes de recursos financeiros e estudos e projetos de impacto para o setor. Foram criadas, por resolução do Conselho, as seguintes

Câmaras Técnicas: a de Crédito Rural, a de Assistência Técnica, Extensão Rural, Capacitação e Pesquisa e a de Políticas Sociais. Em 2001, foram desenvolvidas as Câmaras Técnicas de Política Fundiária e a de Desenvolvimento Local, Organização da Produção, Geração de Renda e Sustentabilidade da Agricultura Familiar.

Dentro da premissa de descentralização, os Conselhos Estaduais devem buscar o aprimoramento da integração entre os órgãos e entidades da Administração Pública que direta ou indiretamente atuam no Estado, na condução do processo de desenvolvimento rural, especialmente no desenvolvimento da agricultura familiar e da reforma agrária. Os agricultores familiares recebem atenção privilegiada, porém, em uma visão orgânica do sistema rural, a articulação entre diferentes atores (aporte de capital intelectual) resultaria em crescimento potencializado, gerando uma rede de interações que ultrapassa o simples somatório das iniciativas.

São objetivos dos Conselhos Estaduais: planejar e articular as ações públicas e privadas voltadas à execução da reforma agrária no Estado; formular propostas para a adequada implementação da política agrária no âmbito estadual; acompanhar e avaliar as ações conjuntas entre Estados e Governo Federal na execução da reforma agrária no Estado; encaminhar aos órgão competentes estudos e propostas de alterações e aperfeiçoamentos nas normas e legislação agrária; acompanhar as situações de conflitos sociais estabelecidas no meio rural em torno da posse da terra; auxiliar na busca de resoluções; promover a desconcentração da economia e a melhoria da qualidade de vida da população rural, interiorizando o progresso e o desenvolvimento econômico e social; gerar estímulos para a dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos espaços rurais; contribuir para a erradicação da pobreza rural; estimular a mudança educacional no meio rural do

Estado, ampliando sua dotação de capital humano e social; estabelecer medidas que contribuam para o aumento da produção e da produtividade, de forma eficiente e competitiva, nas atividades relacionadas à agricultura; deliberar sobre o Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, considerando as demandas estabelecidas nos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável; articular e orientar as ações dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, promovendo a interação entre governo estadual, governos municipais e entidades parceiras; aprovar anualmente a programação físico-financeira dos programas fundiários e de apoio à agricultura familiar, acompanhando o desempenho e apreciando os relatórios de sua execução; consolidar a demanda estadual a partir das informações dos Conselhos Municipais; subsidiar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável na elaboração das propostas anuais de alocação de recursos para o financiamento do PRONAF; promover a divulgação e articular o apoio político-institucional nos programas vinculados ao Plano Estadual de Desenvolvimento Sustentável.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural sustentável é constituído por fóruns de discussões e decisões sobre o rumo e os caminhos que podem ser seguidos para melhorar as condições de vida da população rural. São instrumentos de participação dos cidadãos na defesa de seus interesses e na partilha do poder de decidir, pois podem aumentar a transparência e o controle social na utilização de recursos públicos. Constituem-se espaços privilegiados para a construção da cidadania e podem contribuir para romper velhas barreiras e abrir novas perspectivas para o desenvolvimento local.

No atual processo de descentralização e municipalização da políticas sociais públicas no Brasil, a existência de Conselhos aparece como uma das condições

para que os municípios recebam recursos do governo federal ou estadual. Muitos Conselhos nasceram de exigências dos governo federal, estadual e das instituições financiadoras de programas governamentais depois que aprenderam (na prática) que, sem a participação dos beneficiários, quase sempre os dispêndios são inócuos.

A criação dos conselhos apresenta uma idéia de discutir o rural em toda sua abrangência, do ponto de vista econômico, político e social, com as transformações vividas principalmente de 1970 para cá. Há situações novas a serem tratadas, como a emigração do meio rural, a observação aos direitos previdenciários e até mesmo uma abordagem renovada da agricultura familiar. Tais aspectos não pertencem, hoje, somente aos agricultores, mas também àqueles que exercem uma atividade não agrícola.

Os Conselhos devem procurar manter a paridade entre os membros do Poder Público local e das organizações da sociedade civil. Nessa categoria, enquadram-se os representantes de comunidades, bairros, vilas, assentamentos, associações de produtores rurais e sindicato dos trabalhadores rurais. Assim, a proposta dos CMDRS é trabalhar com os diversos atores que possam contribuir para uma discussão plural.

A instituição dos conselhos paritários é uma forma de descentralizar a gestão da coisa pública, transferindo para os Estados e Municípios mais liberdade e autonomia para agir na defesa dos interesses da população. Com isso, tanto o município quanto a sua população ganham maior importância, porque é mais fácil fazer pressão no Município do que no Estado ou no País. As questões que são de interesse público deixam de ser discutidas apenas por técnicos e políticos. Passam a ser relevadas por um coletivo composto pelo Estado e pela sociedade civil organizada. Dessa forma, o Poder Público ganha maior legitimidade e cada

município passa a atuar de acordo com sua realidade, a partir de uma ampla consulta popular.

Os conselhos paritários proporcionam também o acesso às informações sobre os recursos disponíveis e a real capacidade do município. Os conselhos podem ter caráter orientador, consultivo, normativo e deliberativo, sendo que isto deve estar especificado na Lei municipal que cria cada Conselho.

Os conselhos podem ser instituídos por meio de uma lei municipal ou por decretos baixados pelos prefeitos. A criação dos conselhos por intermédio de lei municipal garante maior legitimidade, pelo fato de depender da aprovação e do reconhecimento da Câmara de Vereadores.

Para garantir a instituição do Conselho caso sua criação não esteja prevista na Lei Orgânica do Município, as organizações da sociedade civil possuem meios para instituí-los. Segundo garante a legislação, uma das formas é a proposição de emenda popular para forçar a criação dos conselhos.

Primeiramente, é preciso que um anteprojeto de lei seja elaborado por entidades populares que desenvolvam trabalhos na área de atuação do Conselho. Esse anteprojeto deverá ser encaminhado ao prefeito ou a um ou mais vereadores, que o enviarão à Câmara Municipal para aprovação.

É fundamental que os conselheiros compreendam a sua função e desenvolvam as práticas da argumentação, do diálogo e da negociação. Trata-se, portanto, de educação para a cidadania – um processo de construção social que envolve a práxis do exercício de formação e aprendizagem.

A nomeação dos Conselheiros pode ser feita por decreto ou portaria expedidos pelo prefeito, oficializando, assim, os nomes de todos os membros eleitos e/ou indicados para assumir o cargo de conselheiros, observando nesse momento se a

composição é, realmente, paritária. Os conselheiros não recebem remuneração de qualquer espécie, sendo o exercício da função considerado serviço prestado à sociedade.

A primeira providência dos Conselhos é a elaboração do seu Regimento Interno – documento que deve regulamentar todo o funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Devem ser considerados alguns itens básicos para constar nesse documento, quais sejam: escolha dos conselheiros; mandato dos conselheiros; escolha do presidente; mandato do presidente; existência de ata; escolha do secretário executivo; número de presentes para o conselho deliberar; periodicidade das reuniões; forma de convocação das reuniões e responsável pela convocação.

Os Regimentos Internos dos Conselhos definem sua forma de funcionamento, sendo sugerida uma reunião ordinária mensal e reuniões extraordinárias, quando convocadas pelo Presidente do Conselho ou pela maioria simples dos conselheiros.

O conselho desenvolve Câmaras Técnicas de acordo com a demanda. Essas câmaras são órgãos de assessoria dos Conselhos e, entre outras funções, propõem normas, definem fontes de recursos financeiros e desenvolvem estudos e projetos de impacto para o setor.

Dependendo do tamanho e das necessidades de cada Conselho, é recomendável instituir determinadas câmaras técnicas, com o propósito de descentralizar as ações e organizar melhor as atividades dentro do Conselho. Cabe ao Conselho, neste caso, definir pequenas comissões que se especializem e discutam assuntos específicos do CMDRS, deixando somente a decisão final para ser tomada em reunião com todos os conselheiros.

O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é um conjunto de

ações, metas e informações (diagnóstico) que deve retratar ações integradas para o desenvolvimento rural no município, a serem operacionalizadas em parceria institucional, envolvendo agricultores, suas organizações, prefeitura municipal e demais órgãos ou entidades públicas privadas. O Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável é composto por duas partes: o resumo executivo – que oferece uma síntese da proposta de desenvolvimento rural, relacionando os pleitos do município e oferecendo uma visão do orçamento, e a proposta – que caracteriza o município quanto aos aspectos físicos e socioeconômicos, fornecendo informações sobre o diagnóstico da realidade, relacionando os principais problemas às respectivas soluções e diagnosticando os recursos necessários e o cronograma de execução.

Cabe ao Plano Municipal de Desenvolvimento Rural: articular e adequar políticas públicas estaduais e federais à realidade municipal; aprovar e compatibilizar a programação físico-financeira anual (no âmbito do município) dos programas que integram o PNDRS e o Plano Estadual, acompanhando seu desempenho e apreciando os relatórios de execução; avaliar as ações dos programas e dos impactos dessas ações no desenvolvimento municipal e propor redirecionamentos.

A elaboração do plano é de responsabilidade dos conselheiros que integram o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. É importante a participação das diferentes representações do Conselho, sem a qual seria impossível elaborar um Plano de Desenvolvimento ideal para o município. Assim, julga-se indispensável que os agricultores, e não somente o corpo técnico que integre o Conselho, sejam consultados a respeito das suas necessidades e que também conheçam o conteúdo do PMDRS.

Desta forma, o processo decisório é deslocado para a linha através da qual

as ações se desenvolvem, ficando mais imediata e consistente à resposta das alterações do meio.

Neste momento, cabe identificar os conteúdos de um modelo de desenvolvimento rural integrado e sustentável efetivo.

3.3- Modelo de Desenvolvimento

Embora tenha apresentado novas dimensões socioeconômicas, pode-se dizer que o Brasil é, ainda, um país essencialmente agrícola. Muitas das soluções para os graves problemas sociais do país, como desemprego, fome, miséria, estão relacionadas com as questões do campo.

Para alguns autores, as raízes da miséria dos países de “Terceiro Mundo” concentram-se nas políticas de promoção das populações urbanas em detrimento das demandas dos pobres do mundo rural. O crescimento, ao contrário do desenvolvimento, tem sido medido em termos de diferenciações qualitativas entre o meio rural e o urbano.

A estratégia de incentivos ao desenvolvimento rural nacional priorizou, inicialmente, uma trajetória que parte dos estudos centrados na comunidade até o conteúdo estrutural da agricultura, os quais revelam que a produção agropecuária era um elemento complementar ao entendimento da comunidade rural.

A difusão das inovações tecnológicas foi em seguida priorizada, dentro do que se pode perceber como uma abordagem behaviorista, cujo objetivo era o aumento da produção. O produto era o foco das intervenções, ficando o elemento humano como um mero instrumento condicionado. Fundamentos éticos, sociais, políticos e ecológicos não eram considerados nesta visão difusionista.

Análises e discussões recentes da sociologia da agricultura sinalizam que o setor está em transformação. Um “Novo Mundo Rural” está emergindo, caracterizado não apenas pelas atividades agrícolas, mas também pelas pluriativas, apresentando uma relação de complementaridade na geração de emprego e renda e entre as atividades agrícolas e não-agrícolas.

Contudo, esta realidade irá exigir diferentes mecanismos de intervenção de políticas públicas de pesquisa, crédito, extensão e comercialização. Os neo-rurais estão desenvolvendo novos produtos e serviços, outras formas de exploração não vinculadas ao processo tradicional de produção agropecuária, construindo quase que empiricamente sua tecnologia utilizada e sua linha de produção.

As instituições de pesquisa, extensão e capacitação são chamadas a acompanhar as mudanças, ampliando o leque de atuação, revendo conceitos e ampliando parcerias. Atuam como participantes dos conselhos estaduais e municipais de desenvolvimento rural sustentável, contribuindo com suporte técnico para a avaliação das iniciativas.

Além desse suporte técnico, o empreendedor necessita de uma estruturação organizacional, um perfil administrativo delineado de forma a proporcionar o fluxo harmônico de seu processo produtivo. Este produto não é oferecido nestas instituições e, portanto, são desconsiderados ou até mesmo desconhecidos pela maioria dos moradores do campo.

Neste contexto de mudanças, um novo modelo de gestão está sendo implantado, para o qual o mundo rural é chamado à ação, visto que as mudanças nas políticas implicam adequações no setor privado.

Um novo perfil de gestão é fundamental a esta iminente realidade. Os modelos tradicionais, hierárquicos, centralizados e padronizados perdem sua

aplicabilidade, pois esse novo panorama socioeconômico requer novas fórmulas gerenciais.

Pode-se supor que a dinâmica operacional dessas iniciativas seja fator auxiliar na redução da exclusão social, alavancando o desenvolvimento rural.

Para apoiar o desenvolvimento rural podem-se utilizar vários instrumentos fundamentais: educação para a cidadania, sistemas de pesquisa e extensão, capacitação e incentivo às iniciativas associativistas, que estimulam as comunidades à transformação. Todos esses instrumentos atuam diretamente na valorização do capital humano rural, ampliando suas possibilidades de inserção social.

Podem existir três vetores estratégicos nessa transformação: a agricultura familiar, a educação e a distribuição da terra, palavras-chaves da proposta de articulação, descentralização, desenvolvimento sustentável e agronegócios do neo-rural.

Discussões em torno da legitimação da proposta têm refletido o repúdio generalizado do meio acadêmico, das organizações representativas dos trabalhadores rurais e dos movimentos sociais envolvidos, visto o parâmetro neoliberal implícito.

O agronegócio é a única e efetiva inovação inserida, o que evidencia a falta de decisão política pelo problema social no campo. A nova reforma agrária parece ter como intenção o enquadramento da política agrária brasileira nos princípios do livre-mercado, com apoio de agentes externos como o Banco Mundial.

A descentralização imprime agilidade, transparência e possibilita a fiscalização das ações governamentais pela sociedade civil organizada. Todavia, não pode ser tomada, *a priori*, como solução única para todos os problemas em

curso.

Mas como sua estrutura é formada por comissões e as experiências históricas dos programas rurais evidenciam dificuldades provenientes desse tipo de estrutura, cabe considerar nesta configuração a probabilidade da ocorrência da manipulação por parte das elites dominantes.

Os neo-rurais podem ser considerados um elo significativo, gerador de mudanças, visto que muitos deles são também agricultores familiares, diferenciados.

A proposta de fortalecimento da agricultura familiar voltada para as demandas dos trabalhadores é sustentada por um modelo de gestão social em parceria, o que representa um considerável avanço em relação às políticas anteriores, até mesmo em relação às complexas dificuldades operacionais para viabilizar uma gestão social no contexto estratificado e hierarquizado do campo brasileiro. Cabe, então, perceber de que forma pode o neo-rural ser incorporado produtivamente neste contexto.

Após quase dois séculos de favorecimento da agricultura patronal, só nos últimos anos observaram-se as vantagens que podem trazer as políticas públicas de expansão e fortalecimento da agricultura familiar empreendedora. Os agricultores familiares passam a ser identificados como um grupo social distinto, como agentes coletivos do processo de desenvolvimento rural. Para fomentá-los é imprescindível ampliar a reformulação da política agrária, adequá-la às mudanças radicais das relações rural-urbano, aceleradas pelas inovações tecnológicas e institucionais da atualidade.

Na importação de modelos, é fundamental observar as especificidades das conjunturas e dos contextos históricos de cada realidade. No caso da França, vultosos investimentos foram feitos em políticas sociais para garantir as

transformações necessárias. Ocorre que o momento é outro, a situação brasileira difere totalmente da francesa no pós-guerra. Isto põe em questão as possibilidades de êxito das políticas de apoio à agricultura familiar em um contexto de restrição da participação efetiva do Estado no processamento da ação social.

A idéia de desenvolvimento contida no PRONAF, que é baseada em experiências européias, particularmente a francesa do pós-guerra, não enfatiza a opção por novas tecnologias administrativas, como também não são fomentadas pesquisas específicas de tecnologias apropriadas à forma de exploração familiar que viabilizem os custos da produção.

Geralmente, as iniciativas inovadoras costumam usufruir de uma atenção diferenciada. Por isso, o reconhecimento dos neo-rurais como uma nova expressão social no campo necessita ser referendado, o que poderia ocorrer a partir da proclamação de sua expressão socioeconômica no campo, decorrente de seu capital de conhecimento. Isto porque a questão educacional é fundamental, pois habilita a absorção das práticas inovadoras, trazendo perspectivas menos sombrias à comunidade. Implica também melhoria no desempenho produtivo e na qualidade de vida no campo.

O fator “qualidade de vida no campo” parece ser o motivo preponderante do êxodo urbano. A análise dos componentes constitutivos desta “qualidade de vida” pode facilitar a formulação de políticas que atendam não apenas ao critério da eficácia, mas que sejam eficientes em seus objetivos, efetivas nas suas ações e relevantes no tocante aos valores humanos envolvidos.

Então, a idéia de desenvolvimento remete a noção primária de um *continuum* de processos interagentes, alavancando a potencialidade do todo. O “novo mundo rural” deve significar atenção ao todo, ao caráter interagente das

diferentes estruturas e categorias atuantes no cenário.

É interessante observar que os critérios de identificação do tipo "agricultor familiar" sinaliza o caráter excludente e fragmentário da proposta, pois nesta categoria é vedado o acesso aos pluriativos. Ocorre que a maioria das unidades familiares é incapaz de manter-se somente com a produção, o que evidencia as limitações de o produtor assimilar as demandas, a tecnologia e a própria lógica de mercado.

Em conseqüência disso, amplia-se a marginalização de um grande contingente da população rural, que terá sua sobrevivência atrelada às políticas sociais, excluída de participar do desenvolvimento rural, o que aumenta as desigualdades nas camadas sociais e alimenta o êxodo rural.

No Brasil, dados da PEA apontam a insuficiência dos rendimentos provenientes da produção agrícola na manutenção dos trabalhadores. Por outro lado, observa-se uma tendência à ampliação de alternativas de empregos não-agrícolas em determinadas zonas rurais, contribuindo para a retenção da população rural e para o aumento do seu nível de renda. (GRAZIANO, 1996)

A gestão estratégica, em uma visão sistêmica, globalizante, integrativa, que levasse em conta o potencial local, dinamizaria o desenvolvimento por meio da pluriatividade, integrando o social, o cultural e o econômico. Neste aspecto, a bagagem cognitiva dos neo-rurais muito pode acrescentar ao desenvolvimento local, sendo necessário, para tanto, conceber uma política pública que transcenda a simples implantação de arranjos tecnológicos, que incorpore os hábitos e costumes locais, ampliando o raio de ação das políticas, visando assimilar práticas próprias da sustentabilidade local para o enraizamento sustentável e a formulação de soluções específicas para as diferentes situações.

A pluriatividade pode ser considerada como uma alternativa para a manutenção da população no campo. O caráter sazonal da produção agrícola disponibiliza os trabalhadores a exercerem outras atividades remuneradas, sem que isto se constitua uma ameaça às unidades produtivas.

As unidades produtivas que conjugam essas atividades têm sido alvos de estudos, de forma a serem percebidas como mecanismos de estratégia de reprodução social.

A partir da atuação dos neo-rurais em sua própria inserção social, podem-se abstrair possibilidades de os mesmos serem absorvidos “politicamente” como elos aceleradores do desenvolvimento local sustentável, tornando-se participantes ativos dos programas governamentais de apoio ao campo por meio do capital intelectual que dispõem.

Dentro da complexidade desse universo, não se pretende esgotar as questões, mas desenvolver pontos básicos para a compreensão do papel socioeconômico que o neo-rural passa a assumir no campo e no cenário nacional.

4 - CAMPO E PESQUISA

4.1 - O Campo Fluminense

Uma breve reflexão sobre as condições do campo fluminense como cenário de atuação do fenômeno neo-rural pode ajudar a desvelar algumas de suas dimensões.

A agricultura fluminense tem sido apontada como um setor de pequena relevância, ocupando apenas 2% do PIB estadual para a economia de um Estado com pouca tradição agropecuária e crescente importância na área industrial, nas atividades comerciais e no setor de serviços. Trata-se de um dos estados mais urbanizados do país: cerca de 95,5% da população reside em áreas urbanas, sendo que 76% desta população concentra-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (IBGE, 1997), considerada um grande pólo de atração migratória nacional.

Apesar de ser o segundo mercado consumidor do país, o Estado não é auto-suficiente na produção dos alimentos necessários ao abastecimento de sua população, não conseguindo abastecer sequer 50% do mercado fluminense, recorrendo, então, a outros estados para abastecê-lo (Wilkinson & Maluf, 1997).

“Agricultura rudimentar, de baixo padrão tecnológico” (Censo Agropecuário/IBGE, 1995-1996), “desarticulada” (Wilkinson & Maluf, 1997), “atrasada e descapitalizada” (SEAF/ITC, 1991) são algumas características atribuídas à agricultura fluminense, o que referencia a deficiência do setor.

Entre outros fatores que corroboram com essa imagem, destacam-se: o grande número de estabelecimentos com áreas exíguas; a topografia bastante acidentada; o baixo índice de eletrificação rural; a baixa escolaridade; a pequena

capacidade de armazenagem e a limitada agroindustrialização. Tudo isso resultaria em uma participação relativamente pequena do PIB agrícola no produto total do Estado (menos de 2% contra cerca de 12% na média nacional) e no peso decrescente do PIB agrícola do Estado do Rio no PIB agrícola nacional.

Porém, é interessante considerar algumas características próprias desse Estado. Sua estrutura fundiária apresenta uma predominância de pequenos estabelecimentos agrícolas, com área inferior a 10 ha, onde os grandes estabelecimentos, acima de 1.000 ha, são praticamente inexistentes.

A exigüidade das áreas dos pequenos estabelecimentos é apontada como uma característica prejudicial ao desenvolvimento da atividade agropecuária, à medida que reduz as possibilidades de capitalização, como o acesso ao crédito agrícola, associado, fundamentalmente, ao tamanho do estabelecimento. Além disso, as culturas de produção agrícola mecanizada em grande escala e em extensas áreas contínuas ficam inviabilizadas. Com isso, o padrão da modernização agrícola desenvolvido até então, baseado em grandes propriedades, não se mostrou aplicável ao Estado do Rio de Janeiro.

Como essas políticas são embasadas na dimensão quantitativa do crescimento econômico em detrimento da dimensão qualitativa do bem-estar social, os resultados desse modelo de modernização são catastróficos (desigualdades regionais e sociais, especialmente entre as diversas categorias de produtores rurais). Observa-se a falta de incentivo ao empreendedorismo e à geração de autonomia, bem como a manipulação de políticas assistenciais notadamente paternalistas.

A relação entre eficiência econômica e tamanho da exploração agrícola é problemática. Segundo Abramovay (1992), não é possível generalizar a situação em

que o aumento do estabelecimento signifique ampliação de sua eficiência, ou em outros termos, não é “absolutamente linear a relação entre aumento de tamanho e diminuição de custos” (1992). Além disso, não é somente nas extensas propriedades que se encontra a grande produção. Nos países europeus e nos EUA, por exemplo, o modelo de modernização adotado após a Segunda Guerra Mundial foi sustentado sobre as bases de uma força de trabalho e de um capital essencialmente familiar e de médio porte (Abramovay, 1992).

Já o Estado brasileiro optou pela modernização econômica e tecnológica da grande produção, da grande empresa capitalista. Mas somente em 1996 surge o PRONAF e o governo “descobre” a agricultura familiar como uma possibilidade de desenvolvimento econômico nacional capaz de fornecer melhorias nas condições de vida da população (gerar emprego, renda, contribuir para a redução das desigualdades espaciais e sociais). Todavia, o padrão da organização da produção e o papel atribuído à agricultura familiar pelo PRONAF também estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescente (Carneiro, 1997).

No Estado do Rio de Janeiro, a maioria dos estabelecimentos rurais (61,06%) se enquadra na categoria “produção familiar”, de acordo com os parâmetros da metodologia elaborados pela FAO/INCRA (1996). Estrategicamente, necessitam de um catalisador, o neo-rural, como parceiro no enfrentamento de condições adversas, como o baixo índice de eletrificação, a deficiente capacidade de armazenagem e as práticas tradicionais de mercado, empecilhos do desenvolvimento sustentável no campo fluminense.

Grande parte dos produtos apontados como os mais dinâmicos (oleicultura, fruticultura, pecuária de leite e produção de pequenos e médios animais) é

altamente perecível. Por outro lado, a infra-estrutura armazenadora do Estado, sobretudo o granel, é insuficiente, podendo gerar estrangulamentos nas cadeias agropecuárias em dois sentidos: não permitindo a formação de estoques reguladores de insumos básicos para a viabilização de outras atividades produtivas e impossibilitando a estocagem da produção estadual, seja *in natura*, semiprocessada ou processada.

A articulação e as formas de associativismo empreendidas pelos neo-rurais, observadas suas características constitucionais, são respostas alternativas a tais demandas, pois operam em redes e participam de grupos afins, buscando soluções locais e mercados globais a partir de uma visão mais orgânica do contexto.

Um outro gargalo competitivo encontra-se na desorganização dos setores produtivos, na insuficiente integração do setor agroindustrial com o de distribuição varejista. Basicamente, a agropecuária fluminense ainda está voltada para o abastecimento do mercado de produtos *in natura*, mostrando pouca preocupação para com as especificidades da demanda.

Ao direcionarem sua produção a mercados identificados, os neo-rurais garantem certa estabilidade ao empreendimento; mais além, procuram processar a produção de forma a ampliar a validade e agregar valor ao produto. Produzem em pequenas áreas, fato relevante dadas as características do Estado do Rio de Janeiro, um dos menores em superfície (0,5% do território nacional), apresentando uma topografia bastante acidentada, com uma área produtiva relativamente menor que os demais Estados.

Sendo assim, formas alternativas de desenvolvimento são imperativas à região, baseadas nas características específicas do território, levando-se em conta as novas oportunidades de negócio, integrando o fluxo migratório de atores sociais

(neo-rurais) à dinâmica das comunidades.

“(...) Pode-se dizer que, se o potencial agrícola do Estado do Rio de Janeiro ainda está longe de ser bem utilizado, por outro lado tudo indica que a agricultura fluminense ao contrário do que se supunha é bastante dinâmica e eficiente. (...) (ROMEIRO,1989)

Analisando os dados do Censo Agropecuário 95/96, verifica-se que o uso da terra fluminense apresenta indícios de urbanização no meio rural. Houve uma redução significativa, no período de 1985/1995, tanto do número de estabelecimentos (em torno de 41%), como na área total dos mesmos (cerca de 26%). De acordo com o Censo 95/96, essa redução da área total pode ser explicada em função do aumento das áreas urbanas, do abandono da terra, da atividade agropecuária e da instituição de áreas de preservação ou reserva ambiental, entre outros fatores.

Porém, a redução apresentada no número de estabelecimentos e em sua área total e o encolhimento de partes de lavouras tradicionais, sobretudo as temporárias, não ocorreram somente no Estado do Rio de Janeiro, mas na região sudeste como um todo.

Segundo Graziano (1997), o início da década de 1990 é marcado por um “desmanche” dos instrumentos da política agrícola, como a não garantia de preços mínimos e redução de créditos e estoques reguladores. Em associação, houve uma diminuição dos recursos públicos destinados a esse setor e uma abrupta abertura comercial, sem assegurar uma competitividade adequada para os produtos nacionais em relação aos produtos internacionais. Estes últimos, além de serem fortemente subsidiados, tornaram-se ainda mais competitivos devido às taxas de

câmbio. Por tudo isso, a área cultivada e a renda da atividade agrícola, principalmente das atividades tradicionais, sofreram forte impacto. Queda de preços e aumento dos custos resultaram em uma redução brutal da rentabilidade das atividades tradicionais, quase 40%, em média, se comparada com a renda bruta obtida na primeira metade dos anos 90 e com a da primeira metade da década anterior.

Ainda que a agricultura tenha apresentado esse quadro (redução dos estabelecimentos, da área plantada e do pessoal ocupado), existem sinais de dinamização e expansão de alguns segmentos da agropecuária fluminense.

De acordo com o Censo Agropecuário 95/96, ao lado do declínio de cultivos tradicionais destaca-se a expansão significativa de alguns segmentos específicos, como: o cultivo de cogumelos, plantas oleícolas, ornamentais e condimentares; a criação de pequenos e médios animais, a avicultura, a piscicultura, a carcinicultura, a apicultura e o turismo rural, entre outros. Como essas iniciativas dependem de especialização e aquisição de conhecimentos específicos de produção e mercado, é na prática dessas atividades que se percebe o desempenho dos neo-rurais. São atividades intensivas, que têm alta capacidade de geração de valor agregado e não requerem áreas extensas, ao contrário, ocupam pequenas áreas. Além disso, a caracterização da utilização de mão-de-obra nos estabelecimentos dedicados ao hortifrutigranjeiros são, de um modo geral, de base familiar, combinada ou não com a força de trabalho assalariado. Tudo isso leva a crer que a dinâmica e a eficiência da agricultura fluminense não se baseiam na grande propriedade e na grande produção, mas sim em pequenos e médios estabelecimentos, em produtos de alto valor agregado, na produção para “nichos de mercado”.

Em suma, as culturas tradicionais estão perdendo espaço para outras de

maior valor agregado, mais apropriadas às condições de topografia, clima e estrutura fundiária. Essas culturas estão sendo estimuladas pelas modificações nos hábitos alimentares e modos de consumo. Portanto, pode-se supor que está em curso um processo de reestruturação do sistema, assentado em uma base tecnológica distinta da anterior, com maior flexibilização e diversificação produtiva, regida por diferenciação de produtos e segmentação de mercados.

Em termos de qualidade de vida no campo, e não em termos de produção exclusivamente agrícola, é possível perceber que não está necessariamente relacionada aos melhores índices de modernização agrícola (medidos por indicadores relativos à base técnica da produção agrícola), mais sim a maiores graus de urbanização do interior, especialmente no que diz respeito à infra-estrutura social básica – água, saneamento, eletricidade, comunicação.

Nesse sentido, a ampliação do conceito de desenvolvimento passa a incorporar outras dimensões, além da estritamente econômica, mediadas pelos aspectos sociais e ambientais, tais como: a noção de sustentabilidade, melhores condições de vida através da dotação de infra-estrutura e do aumento do nível de renda para a população e diversificação das atividades no meio rural.

Na região serrana, sobretudo nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, as habitações de lazer e veraneio vêm ocupando progressivamente áreas agrícolas, dando-lhes um alto valor de mercado, tornando seu hectare o mais caro do Estado do Rio de Janeiro, tanto para terras destinadas à lavoura como para as de pastagem (Lavinhas et alii 1990). Nesse sentido, a utilização da terra "agrícola" para fins de lazer e turismo tem implicado mudanças no uso do solo, sobressaindo a compra e venda especulativa da terra.

A expansão do turismo associa-se à ampliação do mercado de trabalho no

meio rural. Alguns agricultores encontram uma maior diversificação de oportunidades de trabalho, temporário ou permanente, oriundas do turismo ou de novas atividades produtivas.

Musumeci (1987) destaca um aumento do número de assalariados permanentes a partir dos anos 80 nos municípios de Cachoeiras de Macacu, Teresópolis e Nova Friburgo, que se associa, pelo menos em parte, à venda de sítios dos camponeses aos veranistas e à conversão de ex-pequenos proprietários em caseiros, mantendo-se, em alguns casos, as atividades agrícolas para o autoconsumo e comercialização em propriedades destinadas ao lazer. E por serem seduzidos pelas luzes da cidade, na ilusão de uma colocação, um emprego, muitos são os homens do campo que vendem seus bens para partir rumo aos grandes centros urbanos.

Por outro lado, na presença dos neo-rurais são ampliadas as possibilidades de geração de emprego e renda, capacitação e treinamento devido às necessidades específicas inerentes à implantação do agronegócio. Cada novo empreendedor é um multiplicador de oportunidades, pois mão-de-obra é fator fundamental para o desenvolvimento do agronegócio.

A questão da capacidade cognitiva dos homens que sempre viveram no campo revela-se um gargalo. Além da baixa escolaridade, da falta de acesso à informação, do reduzido acesso aos serviços públicos, a cristalização cultural surge como uma grande barreira a ser trabalhada. No meio rural, apesar da influência da mídia, observa-se uma rigidez de comportamental muito forte. Qualquer alteração proposta gera desconforto; limitam-se ao familiar, ao tradicional.

Certas práticas de manejo e cultivo são executadas da mesma forma a várias gerações. A ausência de profissionalismo, a estagnação perceptiva e a falta

de criatividade imobilizam muitos produtores, fazendo com que deixem de considerar alternativas interessantes de produção. Reproduzem modelos obsoletos, ineficazes, baseados em práticas herdadas. O novo soa como ameaçador, acarreta ansiedade, desconfiança, desconforto.

A atuação dos neo-rurais oxigena a comunidade que vai se incorporando ao processo produtivo. A forte pressão especulativa que incide na região há de ser considerada, visto que a destinação das propriedades afeta substancialmente a comunidade como um todo.

Esse processo toma dimensões mais amplas na década de 90, onde é visto como um “ *trasbordamento do mundo urbano naquele espaço que era tradicionalmente definido como rural*” (Graziano, 1997).

A agricultura pensada em outros termos (não produtivista, menos agressiva ao meio ambiente, associada a atividades não agrícolas e à qualidade de vida) pode contribuir para uma revalorização não só do rural, mas da produção agrícola de um Estado eminentemente urbano.

O meio rural passa a ser considerado um espaço valorizado com suas belezas naturais e a ser visto como um “lugar não massificado”, “diferenciado”, “ecológico”, “bucólico”, “tranquilo”, “sem ruídos”, “com qualidade de vida”, em contraposição aos grandes centros urbanos, sinônimos hoje de violência e degradação ambiental, com padrões comportamentais considerados “frios”, “individualistas” e “personalizados”.

Nesse sentido, está ocorrendo uma inversão de valores sobre o rural. Até bem pouco tempo atrás era corriqueira a associação dualista entre urbano/rural, sendo o rural visto como sinônimo de atrasado, isolado, agrícola, falta de infraestrutura, população dispersa e precariedade dos serviços; já o urbano era sinônimo

de moderno, indústria, comércio, serviços, população homogeneizada e infraestrutura. Se a definição dos limites entre o que é rural e urbano sempre foi problemática, no momento atual, em que se vivencia um processo de globalização, descentralização industrial, ampliação e diversificação das ocupações econômicas do campo, essa questão fica ainda mais difícil de ser visualizada. Já não se pode delimitar essas fronteiras a partir de uma planificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos.

As mudanças nos processos sociais mais globais não rompem necessariamente o sistema social e cultural da comunidade rural, ou seja, não ocorre uma desvinculação completa da cultura tradicional, mas uma reelaboração a partir da relação de alteridade e da incorporação de novos valores culturais e materiais. Assim, a articulação entre diferentes grupos sociais revitaliza a cultura e a economia como um todo.

A análise das condições vigentes no campo fluminense será complementada pela percepção das características específicas da região e dos municípios selecionados para pesquisa.

4.2 - A Região Serrana

A Região Serrana Fluminense é composta 13 municípios: Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

Ocupando uma área de 7.318km², tem uma população aproximada de 1.400.000 habitantes. (IBGE, 1991)

Segundo dados do Censo Agropecuário 95/96, o PIB da região Serrana concentra-se na área de comércio e serviços, com 46%, apresentando, ainda, 44% para a indústria e, aproximadamente, 10% para a agricultura e pecuária. Esses percentuais refletem o peso de alguns municípios da região, nos quais o setor industrial prevalece, como Cantagalo, Nova Friburgo, Teresópolis e, especialmente, Petrópolis, responsável por quase metade do PIB da região. Essa situação acaba contrastando com a de outros municípios, como Duas Barras, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto ou Sumidouro, onde predominam as atividades agrícolas e pecuárias.

A participação da Região Serrana no PIB estadual é de 3,7%, segundo dados do Censo Econômico (95/96). A principal atividade geradora de renda é a industrial, com 51%, seguida da comercial, com 35%, da agrícola e da pecuária com cerca de 10%, e de serviços, com 4%.

Da PEA (População Economicamente Ativa) empregada, 14% encontra-se no setor primário, 36% no secundário e aproximadamente 50% no setor terciário. Entretanto, tal agregação deve considerar que os três municípios mais importantes da região, Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, concentram mais de 4/5 da PEA, e apenas Petrópolis, isoladamente, mais de 40% do total.

A Região Serrana dispõe de excelente rede hoteleira e potencial turístico. A taxa de urbanização é bastante diferenciada, de acordo com cada município. As médias da região, entretanto, acabam-se apresentando razoáveis.

Na área de transportes, o mesmo acontece: os principais eixos rodoviários passam pelos municípios de Teresópolis e Nova Friburgo, enquanto os demais utilizam vias secundárias para alcançar as principais. A região situa-se no centro do Estado, possuindo acesso direto e rápido a quase todas as demais regiões. As

estradas no interior da região, entretanto, não se encontram em boas condições de manutenção.

A organização da sociedade civil na região apresenta, aproximadamente, 54 entidades sindicais urbanas, patronais e de trabalhadores; 16 entidades sindicais rurais, patronais e de trabalhadores; 18 organizações não-governamentais; 5 grupos de movimentos negros e 33 federações e associações de moradores vinculadas à Federação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro. (FAMERJ,1992)

A Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos realizou, em 1990, um levantamento onde foram computadas na região 13 áreas rurais de conflitos da terra, abrangendo cerca de 7 mil hectares e atingindo cerca de 570 famílias.

Segundo pesquisas efetuadas junto ao SEBRAE/RJ, os municípios de Nova Friburgo e Teresópolis são os que apresentam maior incidência do fenômeno, motivo pelo qual a presente pesquisa tem seus limites delineados nesses territórios.

4.2.1 - Nova Friburgo e Teresópolis

A formação de Nova Friburgo, localizada no vale do rio Bengala, foi iniciada com a chegada de colonos suíços oriundos do cantão de Friburgo, em 1820. Em 1824, chegaram os alemães e, mais tarde, os portugueses e os sírios. As peculiaridades do relevo, da hidrografia do município e suas condições climáticas determinaram o seu rápido crescimento.

A distribuição da população pode ser visualizada na tabela abaixo.

População residente, por situação do domicílio e sexo									
Municípios/Distritos	População residente								
	Total			Urbana			Rural		
	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino
Nova Friburgo	169.246	82.600	86.646	146.779	70.834	75.945	22.467	11.766	10.701
Nova Friburgo	112.463	53.923	58.540	112.463	53.923	58.540	X	X	X
Amparo	5.729	2.914	2.815	2.950	1.497	1.453	2.779	1.417	1.362
Campo do Coelho	9.283	4.854	4.429	1.192	581	611	8.091	4.273	3.818
Conselheiro Paulino	26.662	13.065	13.597	26.662	13.065	13.597	X	X	X
Lumiar	5.044	2.684	2.360	1.018	518	500	4.026	2.166	1.860
Rio Grandina	7.778	3.902	3.876	1.867	917	950	5.911	2.985	2.926
São Pedro da Serra	2.287	1.258	1.029	627	333	294	1.660	925	735

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1999-2000

São destaques em Nova Friburgo a atividade agrícola (floricultura e horticultura), o setor têxtil, a atividade turística e o vasto potencial hidráulico.

Segundo dados da FEEMA (1990/1991), no município são encontrados o problemas ambientais críticos como erosão do solo, processo de desmatamento, agrotóxicos, ocupação de encostas, loteamento em áreas frágeis, inundações, enchentes, resíduos sólidos, deslizamentos. Possui também problemas semicríticos, como deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, degradação de áreas de preservação, vetores, refúgios de flora e fauna ameaçados, risco de acidentes e poluição das águas. Na região, encontram-se em estado de alerta a deficiência de cobertura arbórea, as precárias condições de vida de um grupo da população, favelização, sub-habitação, poluição do ar e assoreamento de corpos de água.

De acordo com os dados do Censo 95/96, são estas as principais atividades geradoras de renda no município: na área de serviços, predominam os serviços de alimentação (41%) e de alojamento (17%), o que acaba sendo um indicador do peso do turismo no município, atividade de grande potencial.

A atividade turística dispõe do seguinte parque instalado:

Estabelecimentos hoteleiros, por tipo de alojamento								
Regiões e Municípios	Estabelecimentos Hoteleiros							
	1996				1997			
	Total	Tipo de alojamento			Total	Tipo de alojamento		
		c/restaurante	s/restaurante	outros tipos		c/restaurante	s/restaurante	outros tipos
Região Serrana	130	77	47	6	142	84	52	6
Nova Friburgo	45	27	16	2	50	34	15	1

Fonte: - Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1999-2000

Em Nova Friburgo, procura-se desenvolver uma produção especializada de alimentos: queijos, trutas e *escargots*, dispondo o município de cursos profissionalizantes, como a Queijaria-Escola.

Segundo dados do CENSO 95/96, predominaram as áreas cobertas por matas e florestas (34%), com 23% de pastagens naturais e cerca de 15% de lavouras temporárias. Observa-se que, do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (90%), 78% eram familiares dos proprietários e 12% empregados permanentes. No mesmo ano, 56% dos produtores eram proprietários, produzindo em 73% da área, enquanto os parceiros representavam 34% dos produtores, ocupando 17% da área. Entre os principais produtos agrícolas, em 1999 destacavam-se o tomate, com 64% do valor total da produção agrícola, e o caqui, com 11%. Entre os rebanhos, destacavam-se o de suínos, com aproximadamente 8 mil cabeças, e o rebanho de caprinos, atingindo mais de 3 mil cabeças e trazendo o desenvolvimento à produção de queijo de leite de cabra.

Nova Friburgo é também conhecida como a *Suíça Brasileira*, sendo muito procurada por turistas e veranistas. Dispõe de diversos pontos turísticos, como o Pico da Caledônia (2.219m), o poço Feio e o poço do Alemão, entre outros. A Reserva Florestal de Macaé de Cima é exuberante, possuindo uma enorme variedade de flora e fauna. Um grande projeto de povoamento dos rios vem sendo

desenvolvido com a introdução de trutas nesta reserva.

Outros dados significativos quanto à população residente em relação as áreas das propriedades:

Estabelecimentos e área, por grupos de área

Região Serrana	Estabelecimentos e áreas									
	Total	Menos de 10 ha		10ha/100ha		100/1000ha		1000ha e mais		S/ declaração
		Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	
Estado	53.680	26.439	98.055	20.005	681.970	5.011	1.261.973	200	374.306	25
Nova Friburgo	1832	1173	4014	620	16457	38	6503	1	3006	-

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 1999-2000

O município de Teresópolis tornou-se conhecido a partir da chegada do inglês George March (1821), que implantou na região uma fazenda de criação de gado e produção de cereais. Costumava convidar amigos para gozarem das delícias da região, criando, assim, o hábito do veraneio na serra.

Inicialmente, o acesso era feito através da estrada Magé-Sapucaia e, mais tarde, pela nova rodovia da Serra dos Órgãos. Em 1845, as terras de George March foram loteadas, dando origem à povoação. O nome de Teresópolis foi dado em homenagem à Imperatriz D. Teresa Cristina, esposa de D. Pedro II.

O relevo do município apresenta uma das áreas mais acidentadas da Serra do Mar, com escarpas íngremes. A Pedra do Sino é o ponto culminante do município, com 2.263m de altitude. De sua hidrografia, destacam-se o rio Paquequer e o Preto.

São destaques em Teresópolis a atividade agrícola, o setor têxtil e a

atividade turística.

As peculiaridades do relevo, da hidrografia e as condições climáticas determinaram seu rápido desenvolvimento, principalmente no tocante a vertente turística. Os dados da tabela abaixo retratam as condições da capacidade instalada:

Estabelecimentos hoteleiros, por tipo de alojamento								
Região e Município	Estabelecimentos Hoteleiros							
	1996				1997			
	Total	Tipo de alojamento			Total	Tipo de alojamento		
c/restaurante		s/restaurante	outros tipos	c/restaurante		s/restaurante	outros tipos	
Região Serrana	130	77	47	6	142	84	52	6
Teresópolis	24	14	8	2	28	16	10	2

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro - 1999-2000

Segundo dados da FEEMA (1990/1991), em Teresópolis são encontrados problemas ambientais críticos, como erosão do solo, processo de desmatamento, refúgios de flora e fauna ameaçados, ocupação de encostas, inundações e enchentes, resíduos sólidos e deslizamentos. Representam problemas semicríticos a deficiência de sistemas de esgotamento sanitário, a degradação de áreas de preservação, as precárias condições de vida, os agrotóxicos, a favelização e sub-habitação, o loteamento em áreas frágeis e a mineração. Encontram-se em estado de alerta a deficiência de cobertura arbórea, os vetores de risco, a poluição das águas, o assoreamento e o aterro de corpos d'água.

De acordo com os dados do Censo 95/96, são estas as principais atividades geradoras de renda no município: na região, predominam as áreas de pastagens naturais (36%), matas e florestas (24%) e lavouras temporárias (17%). Do pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários (82%), 66% eram familiares dos proprietários e 16% eram empregados permanentes. Era grande o percentual de parceiros (29% do total dos produtores), embora ocupassem apenas 5% da área. Entre os principais produtos agrícolas destacava-se o tomate, com 56% do valor

total da produção em 1990. Entre os rebanhos, em 1989, destacavam-se o de bovinos, com cerca de 10 mil cabeças, e o de eqüinos, com quase 3 mil cabeças. Também sobressaía o plantel de aves, com 1,7 milhão. Teresópolis responde por quase 30% da cunicultura estadual.

Um dos pontos de maior atração turística é o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, onde fica localizado o pico Dedo de Deus. Nos arredores da cidade, encontram-se haras, hotéis-fazendas e granjas como Comari, Guarany e Quebra Frascos. Nas várzeas dos diversos córregos e rios que cortam a região, como o Bengala, Frades, Formiga, Vieira e Grande, encontram-se as áreas agrícolas. Acontecem na cidade exposições de orquídeas e agropecuária, além de feiras industriais.

Outros dados significativos quanto à população residente em relação as áreas das propriedades:

Estabelecimentos e área, por grupos de área

Região Serrana	Estabelecimentos e áreas									
	Total	Menos de 10 ha		10ha/100ha		100/1000ha		1000ha e mais		S/ declaração
		Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	
Estado	53.680	26.439	98.055	20.005	681.970	5.011	1.261.973	200	374.306	25
Teresópolis	2.954	2.675	2.921	248	7.222	29	7.623	2	2.067	-

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 1999-2000

Uma sucinta explanação das características básicas dos municípios visitados será feita em função de caracterizar a atuação dos neo-rurais locais. Com o cenário montado, poder-se-á, então, absorver o fenômeno do neo-ruralismo com mais clareza.

4.3 - A Pesquisa

Procurando perceber a dinâmica manifestada nas iniciativas empresariais dos neo-rurais, optou-se por uma abordagem qualitativa pelo fato de ser considerada a mais adequada para obtenção das informações relevantes que se pretendiam reunir, relacionando a história de vida, a expressão empreendedora e a teia de relações institucionais presentes nas diferentes iniciativas enfocadas.

Visando a uma observação participativa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com a finalidade de perceber as características específicas de cada êxodo urbano, os motivos, os valores, os sentimentos, as implicações e as decorrências da opção feita pelos neo-rurais.

Visando mapear o empreendimento, aplicou-se um questionário que buscou retratar os diferentes aspectos do agronegócio, perceber o nível de profissionalização, o posicionamento diante das questões ambientais, as formas de associativismo, as relações institucionais, enfim, os aspectos gerais do agronegócio.

Definidos os neo-rurais como foco de estudo, foram contatadas instituições como SEBRAE, EMATER e ABIO, secretarias de turismo municipais, como também indicações provenientes de pessoas do seu convívio social. Optou-se pela realização de cinco entrevistas por município, o que foi considerado satisfatório dadas as observações preliminares. Na seqüência, foram programadas as entrevistas, feitos os contatos telefônicos e marcadas as visitas.

Os contatos foram iniciados com uma apresentação didática das linhas gerais de pesquisa. Os sujeitos selecionados, de uma forma geral, ao serem inteirados do conteúdo da pesquisa acolheram com interesse a proposta. Mostraram-se ávidos em participar, evidenciando abertura e disponibilidade. O

conceito de neo-rural foi, então, explicitado, suscitando muita curiosidade, pois era desconhecido por eles e, sendo assim, nunca haviam se percebido como tal.

A grande aceitação e receptividade deveu-se, em grande parte, à satisfação que sentiram por ser "alvo de estudo". Perceberam que isto proporcionaria uma oportunidade única de reflexão sobre suas atividades, revelando suas necessidades básicas e de interação com os diferentes segmentos do contexto.

O reconhecimento de sua identidade como um novo ator no cenário rural, denominado "neo-rural", causou grande impacto. Até então, não possuíam esta idéia de identidade coletiva, que os integraria como um grupo específico, com características comuns, criando condições de reivindicações próprias a este segmento de empreendedores.

Os encontros, em sua maioria, ocorreram no local onde as atividades se desenvolvem, em um clima de especial atenção e interesse, ficando evidente o prazer em apresentar as instalações e explicar os processos. A visitação das instalações em alguns casos precedeu a entrevista, o que foi deixado a critério do entrevistado.

Dando continuidade, foi solicitado que os entrevistados relatassem sua história pessoal, como uma espécie de autobiografia, de forma que fossem explicitados os dados relevantes que motivaram a iniciativa, como se deu o êxodo, enfim, procurou-se desvelar as motivações básicas, os primeiros movimentos, os pressupostos, as dimensões, os envolvimento que os levaram ao campo, promovendo a reflexão. Os sujeitos foram incentivados a falar livremente, a contar sua história de vida. Este relato teve um roteiro predeterminado de forma a induzir a passagem por algumas variáveis consideradas significativas para o mapeamento da expressão neo-rural.

No Quadro 1, pode-se ter uma panorâmica dos indicadores utilizados para observação do fenômeno: exclusivo/pluriativo, motivos/sentimentos, implicações/valores, adaptação, produção/retorno financeiro, recursos humanos, auto-imagem, capital/propriedade, meio ambiente/desenvolvimento sustentável, relações institucionais, formas de associativismo, aspectos gerais do agronegócio.

4.3.1 - Evolução das Trajetórias

A seguir, será feito um breve relato das entrevistas realizadas, no objetivo de permitir uma melhor aproximação do fenômeno observado.

Conforme acordado em contatos preliminares, os participantes não foram identificados, pois, garantida a privacidade, sentir-se-iam mais livres em suas colocações. Desta forma, foram codificados por siglas que lhes garantem o desejado anonimato.

O perfil de entrevistado sugerido foi o de pessoas que já tivessem morado na cidade, mas atualmente vivessem no campo, estando a desenvolver algum tipo de agronegócio. Seguindo essa premissa, foram selecionadas 10 pessoas com essas características.

Convém ressaltar que a descrição das entrevistas semi-estruturadas a seguir possui uma estrutura diferenciada do restante do trabalho – apresenta discurso em terceira pessoa e blocos uniformes. Buscou-se abordar as seguintes variáveis: motivo de escolha da vida no campo; sentimentos diversos; implicações surgidas; adaptação; tipo de empresário; escolha do tipo de produção; aspectos gerais do agronegócio; retorno financeiro; formas de associativismo e reivindicações institucionais.

Entrevista 1: F. A. N.

A primeira entrevista foi a de F. A. N., que trabalhou como engenheiro civil em FURNAS, na área informações gerenciais, e agora está aposentado. Atualmente não exerce outra função que não a de empresário rural (percebe-se em seu relato, porém, que age muito mais como elemento articulador, o que fica transparente por uma série de atitudes em prol da comunidade na qual está inserido).

Esta entrevista pode ser considerada atípica, pois foi realizada em seu apartamento, localizado na zona sul do Rio de Janeiro. Um fato interessante de ser considerado é que a pesquisadora foi assaltada no percurso, chegando à residência do entrevistado ainda sob o impacto do ocorrido. Muito solícito, F. A. N. ofereceu água com açúcar e, por alguns momentos, a conversa foi direcionada à questão da violência urbana, à familiaridade com que é percebida e vivenciada. Para ele, apesar deste ser um fato corriqueiro, trata-se de um dos motivos que o impele ao campo. Teceu considerações sobre o desemprego no campo, indutor de migração, e do conseqüente aumento dos desempregados urbanos.

Dando continuidade, revelou não possuir raízes no campo, ponderando que sua motivação é basicamente pessoal, a partir da percepção do campo como “agonizante”. Considera que a esfera ideológica foi desenvolvida com a vivência. A partir da constatação da ausência de “cidadania”, resolveu então exercê-la fora da cidade. Colocou como missão pessoal “conscientizar a comunidade local dos seus direitos e deveres”.

O seu movimento em direção ao meio rural iniciou-se em 1983, com a aquisição de um pequeno sítio na BR-116. Em 1996, ao se aposentar, investiu o

resgate do fundo de garantia na aquisição da fazenda vizinha, perfazendo, então, a área de 110,3 hectares que dispõe hoje em dia.

A propriedade já possuía excelentes instalações para gado leiteiro. Desde então, vem praticando o melhoramento genético em seu plantel e passou a utilizar o subproduto esterco de curral na produção de café e oleícolas orgânicas.

Tornou-se membro da associação de produtores de leite da região, onde entrega seu produto. A sua produção é estrategicamente planejada: procura aumentar a produção no período da seca para conseguir melhor remuneração no período da safra. Acredita que com a implantação do pólo turístico será interessante diversificar e produzir queijos na propriedade.

No seu entender, a concorrência no ramo é sadia e benéfica, mas a intervenção de agentes financeiros é predatória. Comenta como estes obtiveram lucros fabulosos financiando a importação de leite, o que ocasionou a quebra de muitos produtores nacionais. Acredita que como atividade econômica o investimento tem uma taxa de retorno aquém do esperado. As suas maiores perdas ocorrem no setor de reprodução e melhoramento genético, pois falta educação ao peão, o que o impede a internalização das noções básicas de higiene necessárias no trato com os bezerros, acarretando perdas vultuosas (atualmente emprega seis funcionários com baixo nível de escolaridade, deixou os cuidados com os bezerros nas mãos de mulheres, confiando no instinto maternal).

Observa que o desenvolvimento dos recursos humanos não é alvo de um planejamento específico, limitando-se a reuniões periódicas com os funcionários, onde é passado o treinamento. Relata dificuldades no diálogo com seus trabalhadores, queixa-se que mesmo possuindo equipamento para ordenha mecânica não o utiliza pelo fato de não confiar na capacidade de seus retireiros ao

executarem práticas simples de higiene.

Após avaliação da produção, realiza a remuneração por participação sobre o faturamento bruto. Como benefícios oferece: moradia, leite e área de produção para sustento.

Considera-se um empresário progressista e empreendedor, exercendo a atividade por prazer, buscando maior retorno para o investimento, de forma a manter-se no mercado. Percebe-se integrado ao meio, passando, pelo menos, três dias úteis na região (a esposa ainda não se aposentou), estando cada vez mais envolvido em articulações que promovam o desenvolvimento local sustentável.

Está empenhado em desenvolver o turismo local. A região possui antigas fazendas de café, o que viabilizaria um circuito de turismo rural, iniciativa que vem tentando implementar por meio de articulações com diferentes segmentos de poder local.

Como a atividade que desenvolve é de longo prazo, necessita de um tempo para concretização. As novilhas, produto do melhoramento genético desenvolvido, entram este ano em lactação; a partir de então poderá avaliar melhor a questão do retorno. Quanto à produção orgânica, o entrevistado encontra-se mais otimista, pois o mercado vem crescendo e seus funcionários estão se adaptando às práticas culturais. Coloca que, se para ele “esta difícil”, imagina para quem não tem seu *background*.

Dedica-se, cada vez mais, a este “outro mundo” marginalizado (a televisão só chegou há dois anos, a telefonia é de péssima qualidade, não há posto de saúde e a escola se encontra em situação precária), acreditando ser a educação o único caminho de resgate possível. Comenta que hoje está muito mais voltado para esta iniciativa de promoção social do que ao seu agronegócio. Porém, não pensa em

cortar os vínculos com a cidade, pois é ela que lhe propicia o necessário às demandas fundamentais de seus propósitos (mercado, teia de articulações).

Quanto à gestão do agronegócio, relata as seguintes práticas: não realiza pesquisa de mercado; decide por meio de análise dados e intuição e comercializa via associação de produtores. Suas vendas são efetuadas 100% de forma indireta, tendo como diferencial de competitividade o conhecimento e o acesso à informação.

Visando otimizar suas compras, acompanha os seguintes itens: listas de preços, especificações, padrões e cadastro de fornecedores, utilizando como política o menor preço, a qualidade, buscando formas alternativas de consumo, como por exemplo o uso de polpa de cítricos para alimentação do gado.

Realiza continuamente programas de inspeção e controle de qualidade (certificadoras). Os equipamentos também possuem um programa de manutenção rigorosamente definido.

Possui contabilidade estruturada com fins gerenciais, planejamento financeiro, fluxo de caixa, sendo o próprio o responsável por essas tarefas. Estima os preços dos produtos orgânicos por uma “tabela padrão” da EMATER de São José do Rio Preto.

Quanto à questão do capital, utiliza apenas recursos próprios, pois não se adequa às linhas de crédito existentes, considerando-as muito restritivas. O fato de ser aposentado (garantia de capacidade de pagamento) o impede de tomar empréstimos nas linhas oficiais por ter uma segunda fonte de renda.

Atualmente faz parte, também, da associação de produtores orgânicos, onde revela as dificuldades de absorção por parte dos trabalhadores dos conceitos envolvidos neste tipo de produção. Mas diz que aos poucos tem conseguido minimizar o problema, voltando a afirmar a necessidade de educação.

Em relação à capacitação, procurou atender suas necessidades básicas. Inicialmente fez um curso de inseminação artificial e, depois, encaminhou um trabalhador para capacitação. Contou com o apoio da EMATER e tem participado de cursos que envolvem a capacitação direta para sua atividade e que tratam das diferentes formas de associativismo.

Possui consciência da necessidade de preservação do meio ambiente como um todo, encontrando-se a par da legislação relativa ao setor, procurando, em suas práticas, difundir estes conceitos. Tem em execução um programa de recuperação de áreas de pastos, visando garantir a biodiversidade.

Não participa de programa governamental por não se enquadrar nos parâmetros definidos. Cita a EMATER como órgão governamental que mais apresenta especificidades comuns. Percebe a atuação do SEBRAE como elemento essencial para a dinamização do meio rural. Tem procurado assessorar a prefeitura local como elo articulador de iniciativas que visem ao desenvolvimento local (construção de uma hidroelétrica e implantação do circuito turístico).

Reforça sua crença de que a única alternativa de resgate do campo deve-se dar via educação.

Entrevista 2: A. P. L.

Esta entrevista foi realizada nas dependências do frigorífico localizado na mesma propriedade onde A. P. L., engenheiro civil, reside e produz a matéria-prima a ser beneficiada (trutas) na agroindústria. Após visita às instalações, que incluiu a exposição didática do processo produtivo, colocou-se à disposição para maiores esclarecimentos. Vale observar as condições ambientais de extremo cuidado com os

fatores de segurança fitossanitária em seu frigorífico.

Relata que o movimento em direção ao meio rural iniciou-se há aproximadamente 10 anos. Inicialmente, dedicou-se de forma intermitente ao agronegócio, pois mantinha vínculo empregatício no Rio de Janeiro, mas atualmente sua dedicação é exclusiva.

Sua mudança para o campo foi decorrência da vontade de montar um negócio na propriedade que possuía para lazer, por entender que seria positivo no tocante aos aspectos familiares e pessoais. A opção pela truticultura surgiu três anos após a mudança.

Ao longo deste período, seu afetivo sofre oscilações entre amor e ódio, chegando mesmo a pensar em voltar às condições anteriores, ou seja, viver em um grande centro. Tem, de uma forma geral, um bom envolvimento com os locais: está desenvolvendo uma associação de criadores de trutas e procura fortalecer o associativismo, de forma a integrar os produtores no mercado. Sente-se integrado e inserido na comunidade. Assim que chegou, filiou-se ao Rotary, procurando ampliar sua socialização, o que hoje rechaça com veemência. Como os filhos estudam atualmente no Rio, afastou-se um pouco da comunidade local e saiu do Rotary por razões ideológicas.

Entende como positivas as implicações de ordem econômica (apesar de ganhar menos), profissional (ainda faz alguns trabalhos como engenheiro), familiar (está mais com a família), social e pessoal. Aponta a fragilidade do lado cultural, visto que necessita deslocar-se para atender suas necessidades porque o campo não provê o desejado.

Desenvolve os conceitos de responsabilidade social com seu corpo de funcionários, dando moradia de qualidade, salário acima do mercado, vale-

transporte e todos os direitos trabalhistas, porém, só com a expansão dos negócios poderia ampliar os benefícios. Tem bom fluxo no SEBRAE e na ABRAT. Com seus pares tem mantido relação profissional de parceria, promovendo capacitação (ministra cursos) no objetivo de ampliar a produção dos locais, visto que seu frigorífico tem uma capacidade ociosa de congelamento.

Foi o mercado que orientou sua linha de produção, calcada na idéia da praticidade (truta processada). Percebeu a existência do cliente (Sadia-Sete Mares) para peixe processado e a pouca oferta existente. Não pensa em diversificar, mas sim desenvolver novos produtos com a matéria-prima. Chegou a articular a importação de trutas do Chile, que seriam processadas em sua agroindústria, porém, a alta do câmbio inviabilizou o negócio. O problema é a falta de matéria-prima para processamento. Coloca como iniciativa interessante o melhor aproveitamento dos resíduos (vísceras, cabeças) na produção de ração para engorda. Participa de todas as atividades de divulgação do seu agronegócio, como festivais, encontros e exposições.

Utiliza pesquisa informatizada para direcionar o agronegócio, visando ao aumento da produção, à expansão e diversificação de produtos.

Acredita que o Ministério da Agricultura poderia desenvolver melhor o setor de aquicultura, criando programas integrados de desenvolvimento sustentável e linha de crédito específica para o setor.

O capital de giro é próprio, utilizou a “cédula de financiamento industrial” do BNDES para montar a agroindústria. Discorre sobre a inadequação das linhas de crédito aos agronegócios, argumentando que prazos e juros não condizem com a realidade do retorno dos agroinvestimentos que, por suas características específicas, demandam maiores prazos de carência e de pagamentos e também de

juros menores, exemplificando o fato com o modelo europeu de subsídios.

Utiliza o SEBRAE como instituição de pesquisa e capacitação em programas específicos dirigidos ao negócio, preferencialmente no setor técnico. Não planeja treinamento, só o faz quando ocorre demanda.

Considera a questão do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável como básica, pois a qualidade e a vazão hídrica são "o fator limitante do negócio". Preocupado com os impactos da produção, construiu tanques de sedimentação e considera por demais brandas as exigências de tratamento de efluentes. Periodicamente, realiza a manutenção dos tanques de resíduos (aproveitando a produção orgânica para consumo próprio e de seus funcionários). Especificamente, trabalha a preservação do manancial hídrico cuidando das nascentes e matas ciliares, visto que tem um altíssimo consumo de água e problemas de vazão crítica.

Não participa de programa governamental e desconhece a existência de algum ao qual possa se integrar. Trabalha com o Instituto de Pesca de São Paulo para desenvolvimento da pesquisa com "ovos embrionados", a fim de evitar a consangüinidade de suas matrizes. Em relação aos demais órgãos públicos, mantém uma certa distância da prefeitura e da Secretária de Agricultura, pois os mesmos só revelam interesses eleitoreiros. Em relação à FIPERJ, discorre sobre a falta de continuidade das políticas de incentivo, dizendo que com a mudança de diretoria os planos são sempre alterados, na gestão anterior havia incentivo à criação de trutas, o que não ocorre atualmente.

Indagado se gostaria de deixar algum depoimento, explicitou:

Geral: "Custo do capital, o juro mensal é igual ao juro anual de outros países, é extorsivo. Determinados negócios só podem ser viabilizados com o alongamento dos prazos de pagamento, não temos financiamento a longo prazo,

quanto à carência, ela não se adequa à realidade da linha de produção”.

Específico: “A aproximação das instituições de ensino e órgãos de pesquisa da realidade do produtor, capacitando-os, dando-lhes o direcionamento de onde encontrar informações, programas específicos, apoio frente ao mercado”.

Entrevista 3: E. B. V.

Conta o entrevistado que desde muito jovem se interessa pelas atividades do campo. Antes de se formar em engenharia elétrica, desenvolveu uma parceria para criação de porcos. O dono da propriedade cedia as instalações e ele, com ajuda do pai, cuidava da criação. O negócio evoluiu de tal maneira que passaram a processar a carne, de forma a vender um produto com maior valor agregado. Por um bom tempo se manteve no negócio, até que foi para a Inglaterra, por conta da Rede Ferroviária Federal. Sentiu então que esta poderia ser a oportunidade de se capitalizar para futuramente adquirir sua terra.

Passou três anos no exterior planejando sua futura produção. Ainda na Europa, definiu que produziria queijos de leite de cabra. Procurou se informar sobre produtores de matrizes da raça Saanen e entrou na fila de espera para importar um casal e dar início à sua criação assim que retornasse. Nessa negociação revela ter lançado mão do “jeitinho brasileiro”, pois, pela ordem, teria que esperar cerca de 12 anos para receber suas matrizes. Procurou outros interessados que já estavam na fila e negociou a retirada dos animais, trocando de lugar com outro candidato. Quando retornou ao Brasil, trouxe consigo um casal de cabras, apesar de ainda não possuir o local para criá-las.

Há 14 anos, dedica-se exclusivamente às atividades do agronegócio. Ao

optar pela vida no campo, tinha como meta melhorias na qualidade de vida e a possibilidade de um empreendimento rural lucrativo. Relata que desde criança tem afinidade com o meio rural, acha o social da cidade hostil e mesquinho. Considera que no tocante aos fatores econômico e profissional isto representou perda de padrão aquisitivo, porém, quanto às questões familiares e pessoais, muitos foram os ganhos efetivos. Quanto ao aspecto cultural, não tem carências próprias, mas se preocupa com o fato de os filhos não disporem das mesmas condições que teve.

Sente-se integrado, pois “achou o seu lugar”, é co-responsável pelo bom funcionamento do Circuito da Ponte Branca e “mesmo que tudo desse errado nem pensaria em voltar”. Atualmente participa de atividades sociais na comunidade friburguense (CDL, Festival de Inverno). É vice-presidente da Associação Comércio, Indústria e Agricultura de Nova Friburgo (a mais antiga da cidade, com cerca de 80 anos). Não considera que tenham ocorrido alterações em seus valores básicos, sente-se membro da comunidade local e formador de opinião, participando de todas as atividades comunitárias e todos os eventos regionais.

Apresenta uma autocrítica de sua postura comunitária ao relatar a reforma da escola local como uma ajuda hipócrita ao se pensar nas necessidades cruciais de seus vizinhos (responsabilidade social).

Sua opção pelo rebanho caprino leiteiro é apoiada no fato de considerar as cabras como animais propícios às condições do futuro, além de a especialização necessária para produção de queijo ser um fator restritivo e limitante da concorrência. Não pensa em diversificar, procura melhorar o que já tem, planeja a produção e pesquisa o crescimento do consumo no Brasil. A capacitação necessária é realizada com recursos próprios. Tem como meta a produção de 600 litros por dia em 2004, com cerca de 150 cabras. Vende diretamente seus produtos e tem o

retorno esperado. Pensa em investir no melhoramento genético do plantel.

Revela possuir muitos contatos políticos, como SEBRAE, IRCOD (ONG da Alsacia), Prefeitura de Nova Friburgo, Governo Estadual, mantidos visando ao fortalecimento do Circuito da Ponte Branca.

Ao ser indagado sobre as formas de investimento e financiamento da produção, revela que já utilizou o crédito rural do Banerj para infra-estrutura (eletrificação), porém, não participa de programa público devido ao excesso de regras e critérios de caráter excludentes.

Busca capacitação onde está a excelência, em instituições como SEBRAE, EMBRAPA, PESAGRO, Universidade de Viçosa e UFRRJ, cursos de produção de queijo, nutrição e cursos profissionalizantes para seus empregados (SENAC).

Em relação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, acredita não ter uma postura "xiita", "não é um dinossauro do tipo greenpeace". Tem familiaridade com a legislação ambiental e procura disseminar este conhecimento. Promove atividades de reflorestamento na comunidade, sendo suas práticas culturais conscientes e ecologicamente definidas. Considera fundamental a preservação dos recursos hídricos, consome cerca de 10.000 litros por dia, atua preservando as nascentes e os mananciais, incentivando a coleta e a reciclagem do lixo.

Está reivindicando o cargo de Secretário de Turismo da nova administração municipal. Acredita que poderá, dessa forma, alavancar o desenvolvimento rural do município, dando destaque à cidade como pólo de turismo ecológico.

Entrevista 4: F. T. V.

O movimento rumo ao campo do entrevistado iniciou-se acerca de 12 anos, aliando a crise em seu escritório de arquitetura no Rio de Janeiro à compra, pelo sogro, de uma fazenda de café, assumindo a administração da propriedade. Implantou uma torrefação com distribuição de marca própria, chegou a movimentar 10 kombis de entrega. Os custos dos tratos culturais, somados ao investimento na torrefação, com empréstimos bancários, inviabilizaram o negócio, que acabou sendo desativado, sucumbindo em um oceano de juros.

Após estudos de viabilidade, uma nova linha de produção foi definida, a piscicultura. Os recursos hídricos da propriedade são pródigos. Após visitar pisciculturas em São Paulo e tomando serviços de consultoria para o projeto, seu sogro decidiu-se por um investimento pesado, a construção de uma infra-estrutura hiperdimensionada (contrariando orientação do consultor). Aconselhado a iniciar as atividades com uma produção reduzida e ir ampliando até atingir a capacidade instalada, o sogro optou por uma produção alta, não levando em consideração as questões de mercado.

A colocação da produção foi problemática, aos poucos foi reduzindo a produção, visto que o endividamento bancário tornou a situação caótica. Buscou alternativa na implantação um restaurante e uma pousada, já em funcionamento.

Atualmente, estão loteando parte da área para honrar os compromissos bancários.

O entrevistado gerenciou o agronegócio, até que, forçado pelas condições adversas, retomou sua prática como arquiteto. Estão sendo mantidas as instalações em operação, dando-se prioridade à pousada e ao restaurante. Durante a semana, trabalha em um escritório de arquitetura localizado no município vizinho e, nos finais de semana, dedica-se ao agronegócio, dividindo a administração da fazenda com a

esposa, que é responsável pela parte administrativa, enquanto ele se responsabiliza pela produção. O sogro está afastado das atividades, cansado e desanimado com os negócios.

O grau de endividamento levou a piscicultura a um estado vegetativo, onde apenas são mantidos os tanques de engorda. O foco do agronegócio tem sido a pousada e o restaurante. Simultaneamente, estão negociando a dívida bancária e agilizando a venda dos lotes desmembrados.

Concluiu que a atual situação da empresa foi motivada pelo caráter “mega” que seu sogro imprimiu ao projeto. Não considerou a questão fundamental do mercado, as decisões tomadas superestimaram a colocação do produto. Ao produzir alevinos e peixes para o “pesque-pague”, não dimensionaram a produção e nem levaram em conta a possibilidade de saturação.

Outra alternativa que vem sendo desenvolvida é a produção orgânica, que, além de suprir complexo turístico, tem colocado produtos na associação de produtores orgânicos local.

Revela que a mudança para o campo foi determinante no tocante à preservação da família. Muitos de seus amigos do Rio já se separaram. As condições do campo (isolamento) faz com que os problemas familiares sejam resolvidos de uma forma mais conciliatória, uma forma alternativa de gerenciar as crises. Aprendeu com o tempo a dar valor às coisas simples, ao essencial.

Comenta que vem desenvolvendo um longo aprendizado focado nas necessidades técnicas relativas ao empreendimento. Os funcionários são treinados na tarefa específica, relatando que usou recentemente o SEBRAE para treinar o pessoal da pousada e do restaurante.

Desenvolve a idéia de que o SEBRAE deveria atuar “diretamente como uma

bolsa/mercado, onde se considerasse o planejamento da produção como um todo”, de forma a viabilizar a comercialização. Assim, seriam minimizados os efeitos nocivos da superprodução quando os preços não remunerassem os investimentos e a mão-de-obra.

O conceito de preservação ambiental é inerente à sua atividade. Esta questão foi inserida no projeto. Desenvolveu o estudo e deu entrada no IBAMA da documentação requerida para total legalização do empreendimento.

O alto consumo de água da produção requer o gerenciamento dos recursos hídricos. O manejo inclui a preservação das nascentes, a manutenção das microbacias e o aproveitamento máximo do reservatório com o mínimo de renovação. Utiliza também tilápias como filtradoras, em consociação. Seu conhecimento sobre legislação ambiental limita-se ao que foi necessário à legalização do projeto.

Pondera que o IBAMA deveria desempenhar um papel mais ativo, não se limitando à função normativa, mas desenvolvendo ações que visassem dinamizar o gerenciamento dos órgãos de fiscalização e o controle ambiental integrado à produção.

O seu momento de vida atual é de transição. Tudo começou quando fez uma planta para a casa da sua irmã e passou a ser requisitado para novos projetos. O escritório de arquitetura, na zona rural, foi decorrência. Trata-se de um mercado em expansão seus projetos para casas de veraneio. Ao mesmo tempo, facilitou a vinda de sua filha mais velha para estudar (segundo grau) no município. Desta forma, tem conseguido conciliar as diferentes atividades que desenvolve.

Acredita que o futuro da propriedade está mesmo no turismo. Com a venda dos lotes, as pendências devem ser sanadas e novos investimentos devem ser feitos

na ampliação da atividade turística.

Está muito satisfeito com a opção escolhida, mesmo com os problemas financeiros, a qualidade de vida vale a pena. “As mudanças fazem parte da vida e ajudam a crescer”.

Entrevista 5: S. B. N.

O movimento em direção ao meio rural do entrevistado iniciou-se há 12 anos com a compra da propriedade, após alguns anos trabalhando como veterinário de grandes propriedades no Mato Grosso. Inicialmente, dedicou-se de forma intermitente ao agronegócio, chegando a trabalhar no Mc Donald's do Rio de Janeiro, objetivando a capitalização para empreendimento. Atualmente, dedica-se exclusivamente ao agronegócio.

Os motivos que o levaram ao êxodo foram: econômico (tudo que produzisse poderia vender no Rio); profissional (tanto ele quanto a esposa têm formação específica na área); familiar (o município dispõe de boas escolas); pessoal (busca de qualidade de vida); ideológico (necessidade de lutar pela preservação do meio ambiente).

Apesar de se sentir ainda um estrangeiro, tem um bom nível de relacionamento com a comunidade, considerando-se positivamente inserido.

As implicações profissionais, familiares, sociais e pessoais são vistas como positivas, porém, cultural e economicamente, deixam muito a desejar. Relata que a criação do Circuito da Ponte Branca funcionou como dinamizador das iniciativas locais.

Considera que a ida para o campo acarretou mudanças significativas em

seus valores, daí o sentimento de responsabilidade social diante dos produtores locais. Nas relações sociais que desenvolve procura envolver os produtores nos conceitos de preservação ambiental, pois só a comunidade da área pode perenizar o meio ambiente. Procura atuar diretamente nos problemas: ajudou na reforma da escola onde ministra aulas de Educação Ambiental e participa em iniciativas públicas de divulgação da lei de preservação ambiental.

Seu grupo familiar está devidamente inserido na comunidade, participando de atividades comunitárias e eventos regionais.

O cultivo de bromélias foi eleito a partir da constatação da necessidade de uma reconstituição ecológica da área. Os fatores preponderantes foram as facilidades de manejo e cultura. Como diversificação, imagina vender seus conhecimentos sobre o produto. Tem muita dificuldade quanto ao planejamento da produção, visto que lhe faltam conhecimentos específicos sobre a fisiologia das bromélias. Sua pesquisa de mercado enfoca as diferentes espécies e seu valor comercial. Recebe uma bolsa de pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, na área de fisiologia de bromélias, visto que existe pouca informação disponível relativa ao seu tipo de produção. Acredita que seu retorno está aquém do esperado.

Não tem contato com políticas públicas, mas acredita ser fundamental ter políticas perenes, e não efêmeras como as atuais.

Quando indagado quanto às formas de investimento e financiamento da produção, revela utilizar recursos próprios, “se não tivesse a cédula hipotecária e o seguro funcionasse, poderia até pensar”.

Como instituições utilizadas fala do SEBRAE (quis comprar o curso que ele desenvolveu), Jardim Botânico/RJ e a Sociedade Brasileira de Bromélias. O treinamento é desenvolvido de forma maleável, de acordo as necessidades.

Em relação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, acredita que há necessidade de estender o conceito “local” para área de características comuns, ou seja, territorial. Devido à sua familiaridade plena com a legislação ambiental, sente-se comprometido na sua implementação. Em suas práticas culturais, procura identificar novas espécies na mata, visando à sua reprodução e à manutenção da biodiversidade. Com relação aos recursos hídricos, procura preservar as nascentes e represas, inclusive instalou um equipamento computadorizado de irrigação programada para evitar desperdícios.

É com grande animação que destaca sua atuação como "patrulheiro da natureza". Conta que já chamou a polícia várias vezes para coibir a depredação das espécies nativas, a captura de pássaros e o despejo de esgotos no rio. Coloca que a legislação não impõe punição devida aos infratores, sendo os mesmos liberados sem maiores conseqüências.

Não participa de programa governamental específico. Sua relação com os órgãos públicos de pesquisa limitam-se ao Jardim Botânico/RJ, Museu de História Natural e IBAMA.

Reivindica a manutenção e limpeza das estradas do Circuito da Ponte Branca, compromisso de campanha da atual administração municipal. “Não se deve acreditar em promessas eleitoreiras, não sei como caí nessa, fiz até campanha.”

Entrevista 6: A. A. N. L.

Há cerca de 19 anos, após formar-se em Agronomia, o entrevistado rumou para o campo em busca de qualidade de vida. Desde então, sua dedicação ao agronegócio tem sido contínua e exclusiva. Considera que os motivos que

induziram seu êxodo são basicamente de ordem profissional, pessoal e ideológica. Atualmente, dedica sua energia à estruturação de um movimento que visa à integração de produtores locais. Sente-se pertencente, integrado, inserido totalmente ao meio, “fechou o caminho de volta”. No tocante à questão econômico-financeira, revela ser um “um desastre”, porém, continua sendo otimista, pois acredita que “as coisas vão melhorar”. Mas tem problemas em relação aos aspectos culturais: sua esposa é artista e tem fortes vínculos urbanos, o que tem ocasionado muitos conflitos. Já morou exclusivamente na propriedade, mas hoje em dia, para atender às questões familiares, divide-se entre o campo e a cidade.

Não vê alterações em seu sistema de valores, pois os considera condizentes com as escolhas realizadas ao longo de sua vida, exemplifica o fato com a opção feita pela carreira de engenheiro agrônomo.

Faz parte da ABIO desde sua fundação, colocando no mercado os produtos dos demais associados certificados da região. Procura desenvolver relações sociais positivas com os produtores e só trabalha com esses produtos certificados. Sente-se inserido na comunidade, apesar de não participar de atividades comunitárias, nem de eventos regionais. Só participa de eventos do movimento de agricultura orgânica (ABIO).

A escolha da linha de produção teve como fator preponderante sua ideologia ecológica. Atualmente, busca consolidar o produto *in natura*, mas busca alternativas visando agregar valor ao produto (desidratação). Planeja a produção objetivando a entressafra, época em que os produtos atingem os melhores preços. Como pesquisa de mercado, utiliza a análise do preço do concorrente de uma forma bem primária. O grande retorno que recebe é o de conseguir fixar o pequeno produtor no campo por meio do treinamento em agricultura orgânica e a fidelidade que recebe deste na

comercialização de seus produtos. Como novos investimentos, pensa em adquirir veículos de forma que possa distribuir com uma logística mais adequada os produtos arrecadados.

Coloca que as políticas públicas não atendem ao setor, anseia que programas de acesso ao crédito privilegie o produtor orgânico nos mesmos moldes do que está sendo desenvolvido em São Paulo.

Considera-se um autodidata, nunca se utilizou dos serviços do SEBRAE, "futuramente, quem sabe, poderá utilizar os treinamentos", desde que tenha algo específico ao setor de orgânicos.

Os conceitos de preservação ambiental e desenvolvimento sustentável são inerentes ao seu agronegócio. Tem bastante familiaridade com a legislação ambiental. Aponta duas preocupações básicas: quanto à utilização do esterco de galinha (contaminado por antibióticos etc.) e aos tipos de sementes encontrados no mercado. Procura preservar os recursos hídricos com a manutenção periódica dos mananciais e nascentes.

Não participa de programa governamental específico, tem contato com a Rede Agroecológica Rio, RECOOP, que oferece apoio direto ao agronegócio. Mas é por meio da ABIO que mantém relações com os demais órgãos públicos.

Apoio reivindicado: "A agricultura orgânica deve ser um projeto social mais amplo e reconhecido, de curto prazo em benefício de nossa sociedade. A agricultura orgânica não contamina, fixa o homem ao campo, reverte o êxodo rural e viabiliza pessoas".

Entrevista 7: A. A. T.

O movimento em direção ao meio rural do entrevistado iniciou-se a aproximadamente 10 anos, motivado por aspectos econômicos e ideológicos. Desde então, dedica-se exclusivamente ao agronegócio. Sente-se pertencente ao local, envolvido, integrado e inserido à comunidade.

Quanto às implicações decorrentes do seu êxodo, considera-as como positivas econômica, profissional, familiar, social e pessoalmente, citando como único porém as implicações culturais. Explicita que o êxodo urbano promoveu mudanças em seus valores, como a busca pela qualidade de vida, e que esta opção lhe permitiu criar seus cinco filhos em um ambiente saudável em todos os sentidos.

Considera-se adaptado ao meio com positivas relações sociais. Acredita praticar a responsabilidade social ao propiciar estágios aos filhos de produtores vizinhos, dando-lhes oportunidade de aprender a atividade de produzir mel, inclusive diz que há fila de espera pela oportunidade.

Seu grupo familiar está inserido na comunidade e participa de atividades comunitárias e eventos regionais.

A produção de mel foi escolhida por ter afinidade com a forma de produção. Daí, só diversificou com os subprodutos (mel, geléia real, própolis, cera etc.).

Relata que está contando com o apoio de um grupo japonês para buscar alternativas de produtos e expansão da linha de produção. Pensa em melhorar o retorno financeiro agregando maior valor ao produto. Como novo investimento está ampliando a loja da estrada, abrindo uma lanchonete.

Não participa de política pública específica para o setor; sua iniciativa é própria e isolada.

A origem do capital investido, inicialmente, foi de sua atividade como veterinário, posteriormente, contou com o apoio japonês para a expansão.

É a sua experiência que lhe dá o critério de escolha e planejamento nas atividades de pesquisa e capacitação. Utiliza o SEBRAE dentro dos programas específicos de Apicultura e fez o Curso de Empreendedorismo.

Produziu um vídeo sobre o manejo apícola e tem contado com o apoio do SEBRAE para sua divulgação.

Com relação ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável, tem como certa a necessidade de preservação dos pastos apícolas naturais de assa-peixe.

Não participa de programa governamental específico. Através de seu contato com os centros de pesquisa, visa desenvolver aprendizagem específica no setor. Não mantém relações com outros órgãos públicos.

Gostaria ter apoio financeiro, crédito para a produção e treinamento, direcionados ao pequeno produtor, mas sem a discriminação que, segundo ele, a EMATER impõe, visto que só têm acesso aos cursos da EMATER os produtores indicados pelos escritórios locais. Comenta que a capacitação se torna, assim, um elemento de política de assistencialismo.

Entrevista 8: P. M.

Logo que terminou o curso universitário de Sociologia, há 23 anos, a entrevistada recebeu uma herança que investiu na compra da propriedade. Sua dedicação sempre foi exclusiva e ideologicamente movida. Logo ao chegar, envolveu-se emocionalmente com um vizinho, mantendo relações afetivas com o mesmo desde então. Sente que não pertence ao meio; sua integração, apesar de todo esse tempo, é fraca, mas os locais a consideram da comunidade.

Econômica e profissionalmente sente-se realizada, pois, depois de tentar

várias culturas com pouco resultado, optou pela apicultura e a abertura de uma pousada. Os pontos fracos de sua opção são as implicações familiares, sociais e culturais, que a fazem sentir-se isolada. Isto, de certa forma, está sendo amenizado pela convivência com os hóspedes da pousada.

Os valores que a levaram ao campo continuam pertinentes, pois aprendeu a conviver com os valores das diferentes classes sociais que convive. Não vive mais apenas pela ideologia, mas incorporou uma forma mais simples de ser.

Considera-se bem adaptada, apesar das diferenças. Porém, não desenvolveu nada em relação à idéia de responsabilidade social. Com o surgimento da ONG ECORURAL, tornou-se membro e participa ativamente do Circuito da Ponte Branca, tendo realizado um treinamento específico na Europa para melhorar a atuação da ONG, no sentido de desenvolvimento local sustentável. Não constituiu família devido ao seu envolvimento com o produtor local.

Inicialmente, optou pela produção de flores praticada pela vizinhança e passou para o cultivo de orgânicos por questões ideológicas. Atualmente, participa da ABIO e pratica somente agricultura orgânica. Tenta diversificar e investir, basicamente, no tocante à pousada. Coloca como alternativa interessante a produção de bromélias, mas não se preocupa em planejar a produção nem pesquisar o mercado.

Utilizou crédito para uma capacitação no SEBRAE, mas sente-se roubada, pois não correspondeu às suas expectativas. Seus produtos são vendidos diretamente para hóspedes e visitantes ou na associação de produtores locais.

Relata que a nova administração municipal, na época de campanha, propagou várias propostas de expansão do turismo, mas até agora, efetivamente, nada se concretizou.

Seu capital de giro é próprio e financia a produção por meio do crédito rural, o PRONAF, o que a tem ajudado muito.

Trabalha com a preservação de forma operacional e tem pouca familiaridade com a legislação ambiental. Apresenta uma postura individual participativa, utilizando-se de práticas culturais orgânicas, mostrando preocupação específica com o problema do lixo. Pratica a preservação dos recursos hídricos com a manutenção das nascentes e matas ciliares. Utiliza-se da EMBRAPA e da EMATER como centros de pesquisa e capacitação.

Gostaria de reivindicar a oferta de cursos de capacitação em todos os níveis, mas dirigido especificamente às necessidades de cada atividade. Mas não como ocorreu com o SEBRAE no Curso de Empreendedorismo, que achou muito pouco produtivo para a realidade do pequeno empresário rural.

Entrevista 9: S. C.

O movimento em direção ao meio rural do entrevistado iniciou-se há três anos. Dedicou-se de forma descontínua ao agronegócio. Investiu suas reservas financeiras na aquisição da área. A propriedade não possuía instalações; a escolha da linha de produção deveu-se a estudos desenvolvidos diante das características locais. Os fatores fundamentais que o motivaram ao êxodo foram ideológicos e pessoais. Considera-se bem relacionado com a comunidade local, apesar de ainda não se sentir pertencente, integrado ou inserido. Ainda passa por oscilações afetivas e pensa em voltar. Sente-se profissional, econômica e pessoalmente realizado, mas em relação à família e à cultura as implicações são negativas, o que o faz sentir falta das condições anteriores.

A mudança para o meio rural promoveu um repensar de seus valores. Hoje dá mais importância às coisas simples da vida.

Na comunidade tem procurado parcerias para produção de variedades próprias da região, utilizando sua experiência anterior. Não desenvolve prática social ainda. Tem procurado envolver seus vizinhos para que produzam diretamente para desidratação, de forma que esta produção seja absorvida em sua agroindústria, tornando-os, através disso, seus parceiros.

A escolha da linha de produção deveu-se à percepção da ampla demanda por estes produtos e a possibilidade de maior aproveitamento na época da safra, além da boa rentabilidade da produção de desidratados. Como alternativa, pensa em produzir conservas a partir dos produtos desidratados. Planeja a produção de forma a ocupar a capacidade processadora de seu equipamento.

Não utiliza nenhum tipo de financiamento; seu retorno tem sido maior que o esperado. Como novo investimento, imagina desenvolver a cultura do shitake em meio estéril, o que será viabilizado pelo ganho com os desidratados.

Não tem contato com política pública, mas reclama da ausência de programas específicos que atendam ao seu negócio. Não se utiliza de nenhuma forma de financiamento por não se adequar às mesmas, afirmando serem muito restritivas.

Em relação às atividades de capacitação e pesquisa, tem feito cursos de especialização no segmento produtivo, principalmente na Universidade de Viçosa. Repassa estes conhecimentos aos seus funcionários. Fez um curso de empreendedorismo no SEBRAE, mas não planeja especificamente o treinamento.

A área para a qual se mudou ainda preserva matas nativas e acha fundamental que esclareça à comunidade os benefícios da preservação, para que

elas permaneçam conservadas. Tem pouca familiaridade com a legislação ambiental, mas busca em sua prática cultural o desenvolvimento sustentável. Pratica a preservação dos recursos hídricos por meio de manutenção das matas ciliares e das nascentes.

Não participa de programa governamental específico, mas entrou em contato com o grupo da Comunidade Ativa e foi visitado por um multiplicador de desenvolvimento local integrado. Acredita que esse tipo de iniciativa pode induzir as populações locais à saída da "inércia evolutiva" que se encontram (dúvida da viabilidade do programa por causa da falta de recursos).

Gostaria de reivindicar uma maior inserção das comunidades rurais no conceito de cidadania. Os produtores agrícolas não recebem dos órgãos públicos os serviços públicos essenciais à sua manutenção, como: saúde, educação e saneamento básico (fossas higiênicas). Vivem uma realidade que mais se assemelha à época medieval, não possuem meios de comunicação e transporte eficiente. É necessário que se faça algo de forma que o êxodo rural seja revertido. "Aqui não temos nem energia elétrica".

Entrevista 10: M. F. F.

O movimento em direção ao campo da entrevistada foi iniciado acerca de 14 anos com a aquisição de uma propriedade de 60 ha, dos quais 10 são utilizados na produção. Na ordem de relevância, os motivos que a levaram ao campo assim se alinham: pessoal, ideológico, profissional, econômico, familiar e social.

Passou aproximadamente oito anos desenvolvendo agricultura orgânica, tendo a ovinocultura como atividade secundária e vivendo exclusivamente da

produção. De forma a viabilizar sua propriedade, acerca de seis anos vem desenvolvendo, simultaneamente, o trabalho de pesquisadora em uma instituição governamental de apoio à pesquisa e capacitação de produtores rurais.

Envolvimento, pertencimento, integração e inserção evidenciam o seu nível relacional, sendo sentimentos explícitos e sem grandes oscilações nas diferentes fases de sua história. A escolha revelou-se positiva em relação à dinâmica familiar, social, cultural e pessoal, porém, no tocante ao fator econômico, a pluriatividade foi a opção viabilizante. A vivência no campo permitiu uma leitura mais ampla de desenvolvimento, que ultrapassou as questões técnicas; desta forma, valores foram transformados nas práticas cidadãs. Participa desde a fundação da associação de produtores locais às questões da comunidade.

Atualmente, cursa Doutorado na área de Desenvolvimento Agrícola (UFRRJ), o que facilita sua inserção institucional, mantendo relações com uma gama de instituições de pesquisa, extensão, capacitação e consultoria, entre outras.

A opção pelo orgânicos foi definida dadas as características da terra (solo) e devido à necessidade de gerar uma renda mensal. Planeja diversificar a produção, como também alterar a forma de comercialização. Atualmente, a comercialização é indireta, mas pensa futuramente em embalar seus produtos para venda direta ao consumidor. A diversificação implicaria também implantar o ecoturismo e a fruticultura (sua aposentadoria). Na propriedade, o retorno permite fechar as contas, os salários e o financiamento da produção. “Mas ainda não consigo beber cerveja com o resultado”. É minha casa, onde moro, além de local de produção, os investimentos são feitos com capital próprio”.

Procura estar sempre em contato com as políticas públicas, até mesmo porque fazem parte de seu trabalho como pesquisadora. A questão é que faltam

políticas de baixo para cima, especificamente no Rio de Janeiro. Sinaliza para a carência de políticas específicas que tenham como prioridade o desenvolvimento de agricultura orgânica.

Sua dinâmica de capacitação e pesquisa é planejada estrategicamente e a realiza baseando-se na necessidade técnica, utilizando instituições como: PESAGRO, EMBRAPA, SEBRAE, Associação Comercial, e focando programas específicos como: Microbacias, Agricultura Orgânica e Ovinocultura. A comercialização e o mercado são outros segmentos priorizados, pois os percebe como o grande gargalo do negócio.

Entende preservação ambiental como a necessidade de manutenção da sustentabilidade social, técnica e financeira. Especificamente, fica atenta à preservação das matas e nascentes, considerando as questões trabalhistas e cidadãos como parte da ecologia humana, por isso não podem ser desconsideradas (a propriedade fornece água para cerca de 20 famílias).

Não tem muita familiaridade com a legislação ambiental, mas segue as normas da ABIO para certificação orgânica. Participa das ações governamentais em torno da agricultura orgânica, relacionando-se com diferentes segmentos institucionais de pesquisa, capacitação e extensão. Ao ser incentivada a um posicionamento, explicita a seguinte reivindicação: “ Se faz necessária a existência de um agente agrícola comunitário, que fizesse a costura campo-cidade e motivasse a participação dos agricultores em reuniões e ações coletivas”.

Esses depoimentos revelam a preocupação da grande maioria dos entrevistados com as questões sociais. Se em iniciativas isoladas já atuam desta forma, sua inserção no seio das políticas públicas de desenvolvimento pode

representar um diferencial significativo na melhoria das condições das comunidades rurais em que vivem.

O trabalho de campo foi realizado *in loco*, onde a natureza é vivenciada em sua plenitude. Um espaço múltiplo de moradia, trabalho, lazer, onde as entrevistas se desenvolveram na velocidade local, estendendo-se por boa parte do dia. Ficou evidente a satisfação manifesta de se expressar, trocar informações, participar da pesquisa. A sinergia dos contatos possibilitou momentos harmônicos, na convergência entre os objetivos acadêmicos da pesquisadora e os interesses dos neo-rurais.

Cerca de um terço dos contatos realizados ainda resultam em interações informacionais. São trocas de experiências, conteúdos, informação.

Sendo assim, configurado o cenário e registradas as ações efetivas, o desafio é procurar discernimento mais pleno do material captado.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da realidade filtrada e limitada pelas fronteiras da percepção e

condições do contexto, as reflexões aqui desenvolvidas visaram desvelar o universo das iniciativas migratórias dos neo-rurais sob uma perspectiva mais ampla de visão de mundo, de inserção social, de relações institucionais e de expressão produtiva, com objetivo de inferir as possíveis conseqüências e implicações de suas ações.

A pesquisa deu transparência ao declínio do ciclo civilizatório, o esgotamento de um modelo. A racionalidade produtiva – pilar de construção da sociedade – agoniza afora todo avanço tecnológico. Os períodos de transição desenvolvem-se com transformações partilhadas na sociedade, no mercado e no Estado. As mudanças são a tônica no mundo pós-moderno, a partir da qual novos arranjos vão sendo forjados no cadinho social.

A sociedade ecológica pós-informacional começa a manifestar-se em fenômenos sociais inusitados. Essas manifestações revelam "arranjos sociais inovadores" consoantes com as necessárias mudanças impostas no tempo presente e impositivas no futuro.

É urgente repensar, recriar ou reinventar uma proposta de desenvolvimento rural capaz de compatibilizar as necessidades do campo com as limitadas possibilidades dos governos.

Neste aspecto, o caráter emancipatório da expressão neo-rural promove o desenvolvimento local independente de apoio governamental. Sem exercer pressões sobre o sistema público, mas aportando com seu capital intelectual na busca de soluções inovadoras para o território.

A capacidade de catalizar desenvolvimento de que os neo-rurais são dotados é o diferencial desses atores. Sua inserção no cenário institucional amplia a ação de capital intelectual no processo de desenvolvimento sustentável local, sendo considerados vetores naturais do desenvolvimento sustentável.

Segundo delimitação do estudo, as pesquisas foram realizadas nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis devido à incidência de neo-rurais na região.

Buscando reconhecer as conseqüências da migração, foram identificadas questões de diferentes escopos como: fundiárias, ligadas a pluriatividade, ao turismo rural, a produção diferenciada e as práticas ambientais, como também formas de associativismo e expressão cidadã.

Quanto a questão institucional, observa-se que além da falta de “real vontade política em promover mudanças”, a tarefa de compatibilizar as enormes necessidades do campo com as limitadas possibilidades dos governos é complexa, chegando mesmo a ser hercúlea. A única via de escape desemboca na educação, coluna vertebral para o desenvolvimento da autonomia e a libertação da opressão da ignorância.

Independente do contexto em que se insere, o trabalhador sem qualificação, habilidades e aptidões específicas, fica excluído do mercado de trabalho, tornando-se dependente de políticas sociais. No campo, a situação se agrava, visto que as oportunidades são ainda mais raras.

Ao instalar sua produção na comunidade, o neo-rural gera emprego, treina e qualifica seus funcionários, divulga questões ambientais e de condições promotoras para desenvolvimento local, atuando como vetor e acelerador da expansão cognitiva do desenvolvimento social. Em alguns casos, esta relação vai mais além, ficando parte do processo produtivo por conta do produtor local, como no caso do beneficiamento de trutas. Elas são produzidas por parceiros e levadas para processamento na agroindústria do neo-rural, propiciando, assim, estabilidade de renda do produtor nativo. Com venda garantida e produção assessorada, o local

internaliza rapidamente o processo produtivo e agrega mais renda à sua propriedade. Esta forma de interação vem corroborar com a idéia do neo-rural como vetor do desenvolvimento local.

O baixo índice de escolaridade e a falta de preparo são limitações minimizadas neste tipo de relacionamento, trata-se pois de uma interação produtiva, de caráter emancipatório.

Das instituições citadas, o SEBRAE aparece muitas vezes como o “órgão governamental” que mais apoio e treinamento tem oferecido ao empreendedor. Porém, a capacitação específica do produtor para a atividade é, em grande parte, desenvolvida na prática.

Outras instituições, como EMATER, EMBRAPA, Universidades e Associações de produtores foram consideradas facilitadoras na aquisição do conhecimento específico necessitado. Em seus relatos, criticam o caráter insular das práticas institucionais, reivindicam um projeto globalizante que dinamize a atuação das instituições, articulando a operacionalização do conceito de desenvolvimento rural sustentável em seu sentido mais amplo.

A teia relacional desse indivíduos tem conexões múltiplas e penetração ampla. Um caso interessante é o da instalação de uma pequena usina hidroelétrica na região. O entrevistado tinha conhecimento dos planos para a obra e, por meio de articulações com a prefeitura, o projeto foi logo colocado em andamento, suprindo as dificuldades energéticas apresentadas naquele momento.

De uma maneira geral, todos estão engajados em alguma forma de associativismo. Então, as práticas associacionistas são a tônica nesses processos sociais, através das quais o engajamento adquire caráter complementar no bom desempenho profissional. Mas como fortalecer e integrar estas formas de

associativismo?

A maioria dos neo-rurais contatados relata uma harmônica adaptação ao meio com a pertinência dos vetores indutores da opção de vida, onde conteúdos, atributos e ações têm consistência interna definida e essência comum.

A grande busca pela “qualidade de vida” resulta em redução de renda e demorado retorno do investimento, fatores não mais considerados determinantes para o empreendedor, que passa a valorizar a “simplicidade” do campo, o gosto pelas coisas simples da vida, o que pode demonstrar as mudanças ocorridas em sua percepção dos significados essenciais da existência.

As colocações de Henderson (1996) falam dessa visão diferenciada, em que os resultados econômicos são condicionados aos valores qualitativos.

Apesar de realizarem ações inovadoras, a maioria dos neo-rurais qualificou-se como “empresário conservador, mas aberto a mudanças”. Outros traduziram-se como “progressistas e empreendedores” e apenas um como “conservador que não corre riscos”. Estas afirmativas se encaixam nas formas gerenciais explicitadas no agronegócio, como profissionalismo ainda incipiente, mas em constante evolução. O histórico das opções produtivas é vasto, bem como a prática de desenvolver várias atividades simultaneamente através de uma busca empírica da configuração ideal de linhas de produção interligadas. O seu manejo é integrado, procurando organizar a produção de forma sistêmica, onde os resíduos de uma atividade são utilizados como insumos para outra, numa proposta produtiva ecológica sistêmica.

Quanto à origem da propriedade e do capital, os neo-rurais demonstram autonomia em relação a programas governamentais. As propriedades, em sua maioria, são provenientes de capital próprio gerado ou herdado, sendo a produção, basicamente, autofinanciada.

No tocante ao apoio governamental, suas reivindicações traduzem as dificuldades de crédito de financiamento para os investimentos. Explicitam que as atuais linhas disponíveis não atendem às necessidades específicas que demandam. Os investimentos altos e o prazo de carência curto são fatores limitantes às operações.

Uma grata surpresa foi o nível de associativismo observado. Por se tratar de iniciativa individual, o neo-ruralismo não traz em si a conotação de coletivo. Porém, observou-se que todos os entrevistados, independente da linha explorada, fazem parte de algum tipo de associação. ABRAT, ABIO, COAPI, são exemplos de associações de produtores identificados por determinada linha de produção comum. Já o Circuito da Ponte Branca revela um tipo de associativismo diferenciado. Os participantes desenvolvem suas atividades produtivas em áreas diversas e se integram, cada um dentro da sua especificidade, ao circuito turístico local.

Independente da linha produtiva explorada no agronegócio, todos os neo-rurais sinalizaram estar impregnados de ideologia ecológica.

Para os autores franceses, o neo-ruralismo é um fenômeno capaz de expressar dimensões críticas ou de ruptura aos valores predominantes na mentalidade “moderno-desenvolvimentista” imposta pelos modelos industriais-urbanos e, ao mesmo tempo, propor o campo como alternativa a ser avaliada. A realidade observada confirma esta colocação.

A valorização do espaço cotidiano é a dimensão mais evidente e racionalização primeira do neo-ruralismo. É a justificativa básica da decisão de mudar para o campo evidenciada pela maioria dos entrevistados.

O modelo ideológico produzido nesse processo pode sinalizar uma forma de protesto contra o trabalho segmentado, o gigantismo urbano, a degradação

socioambiental dos grandes centros.

Outra dimensão relevante é a “defesa da individualidade”, em que os condicionantes da vida urbana e o controle social são minimizados, ampliando-se a autonomia do ser.

A atenção a trechos de falas dos entrevistados pode promover uma percepção mais ampla da realidade. “Sinto prazer em fazer” é o que orienta a maioria das escolhas. O neo-ruralismo é caracterizado por dimensões afirmativas, como a valorização da natureza, do cotidiano, a busca da autodeterminação, do trabalho como prazer, da integralização do tempo e das relações sociais. Por outro lado, aspectos negativos como: a recusa do espaço e do tempo da produção fabril, a crítica à ditadura dos papéis produtivos típicos do urbano, que condicionam os indivíduos a labirintos frustrantes de relações secundárias onde uma suposta autonomia individual se expressa quase que exclusivamente pelo desejo de consumo e lazer.

É interessante observar que o sucesso do empreendimento parece estar vinculado à qualidade das relações sociais do empreendedor. Ele é o organizador, detém o conhecimento perito, realiza as operações de risco, trata da comercialização, coordenando um certo número de assalariados. Seu trabalho é vivenciado como personificante, enriquecedor, construtivo. O tempo produtivo se confunde com lazer; o tempo de trabalho não contrasta com o tempo livre. Manifestam satisfação pela escolha por condições de vida mais harmônicas, ao mesmo tempo que supera barreiras. A opção pela linha de produção já define em si uma postura ideológica.

“Agricultura orgânica fosse projeto social mais amplo e reconhecido, de curto prazo para nossa sociedade. Não contamina, fixa o homem ao campo, reverte o

êxodo rural, viabiliza pessoas”. Esta colocação reflete o nível de comprometimento do entrevistado.

Em “ *Viabiliza pessoas*”, percebe-se o caráter social das práticas orgânicas como motivação básica da escolha. O argumento é que este tipo de produção, além dos benefícios à saúde, implica fixação do homem ao campo. Sua prática requer um maior volume de mão-de-obra, utilizando matéria-prima disponível e carente na produção. Atualmente, o empresário promove treinamento para os trabalhadores, auxilia na certificação dos produtos, além de recolher os produtos no local da produção (eliminando os problemas de transporte) e comercializá-lo no Rio de Janeiro, pagando preço justo. Procura, também, direcionar a safra de forma a ter um fluxo contínuo de produção, o que é fundamental à comercialização.

São unânimes em reconhecer que, no relacionamento interpessoal, as relações de trabalho são complexas devido à rigidez comportamental do trabalhador rural. Conseqüentemente, ocorre grande resistência à mudança, em assimilar novas formas de procedimentos.

A disponibilidade de mudar é inerente à juventude; dos locais incorporados ao agronegócio, a maior incidência está concentrada na faixa etária de 16 a 25 anos. São os jovens os mais interessados em participar dos projetos, pois, além da renda, estão sendo qualificados para o mercado de trabalho, anseiam por oportunidades. Revelam-se mais abertos, receptivos, carentes de orientação.

Todos os entrevistados demonstraram ter um nível de conscientização e comprometimento ambiental profundo, como se pôde observar na análise dos agronegócios. Os neo-rurais reproduzem, de certa forma, o modelo de desenvolvimento agroecológico. De acordo com as colocações de Sevilla- Guzmán (1995), “a Agroecologia pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para

através de um enfoque holístico e mediante a aplicação de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante o controle das forças produtivas, que freie seletivamente as formas degradantes e exploratórias de produção e consumo da atual crise ecológica”.

As atividades desenvolvidas nos agronegócios pesquisados apontam estes princípios, os quais estão intimamente ligados ao meio, que é parte do produto. As águas, as matas ciliares e os pastos apícolas são objetos de atenção constante. A consciência ecológica traduz-se também pela participação na divulgação dos conceitos. É prática comum dos neo-rurais ministrar palestras e cursos e participar de organizações sociais.

Os neo-rurais incorporam valores antigos do mundo rural, como: autodeterminação, amor à natureza, tranqüilidade e simplificação das relações, aos “modernos valores” da sociedade urbana, como: a especialização, a renovação tecnológica, a contínua necessidade de mudança. Metabolizam e criam uma expressão diferenciada de migração urbana dentro de uma perspectiva de mundo mais ampla, emergindo como uma força social silenciosa, capaz de alterar significativamente o ambiente em que transitam.

A análise partiu então da percepção das causas condutoras do êxodo urbano. Nos relatos ficou evidente que a maioria dos motivos estavam baseados nos aspectos pessoais, a busca de um meio que pudesse proporcionar uma melhor qualidade de vida para si e seus familiares. Razões de cunho ideológico, como: preservação e educação ambiental, propagação do conceito de cidadania e estado de abandono do campo também tiveram citação relevante. Neste aspecto foram indicados, na mesma proporção, os fatores econômicos, familiares e profissionais como propulsores da mudança para o campo.

Nesse contexto, a história do agronegócio é escrita simultaneamente à história pessoal do neo-rural. Trabalho e moradia possuem o mesmo *locus* espacial. Desta forma, quando se definem as linhas de produção, as condições ambientais são determinantes. Se, por um lado, a escolha da propriedade foi definida pela linha de produção escolhida, como no caso da criação de cabras, de outra forma, é a partir da posse da propriedade que são definidas as atividades. Um ponto comum a todos os agronegócios pesquisados é que, ao longo de sua existência, todos passaram por alterações no foco dos negócios, tendo suas linhas de produção constantemente redefinidas.

Além da diversidade produtiva, os neo-rurais desenvolvem suas atividades de forma diferenciada. A maioria é pluriativa, exercendo profissões liberais, atividades acadêmicas e cargos em organizações não-governamentais e públicas. É interessante observar que a dedicação exclusiva é praticada apenas por neo-rurais com mais de vinte anos radicados no campo. É como se a decodificação das potencialidades fosse desenvolvida na vivência, com *“a capacitação focada nas necessidades específicas da atividade”*.

O desenvolvimento do turismo rural tem sido prejudicado pela falta de profissionais capacitados em hotelaria. Atualmente, todo o treinamento fica por conta do empreendedor, que corre o risco de perder seu investimento com a saída do funcionário, o que é muito comum ocorrer. Os funcionários capacitados são tentados a mudar de emprego por meio de propostas do concorrente. E como se trata de um negócio sazonal, que ocorre por temporada, férias, feriados, final de semana, o "passe" daquele que é capacitado adquire um caráter único.

O turismo rural é a alternativa do agronegócio priorizada pelos neo-rurais da região serrana fluminense. As condições locais incentivam tal prática, tendo-se em

vista que a proximidade do grande centro (Rio de Janeiro) faz com que a produção de orgânicos, produtos agrícolas industrializados e apícolas encontrem mercado certo, o que é um agente facilitador preponderante. De uma forma geral, ao optar por "nichos de mercado" produzem para atingir a um público-alvo familiar, o segmento urbano do qual são originários. A truta, o queijo de leite de cabra, os legumes orgânicos, os cogumelos, as bromélias e o mel são exemplos de produtos consumidos pela interface urbana dos neo-rurais.

É interessante observar que de acordo com a análise de Giuliani (1990), o neo-ruralismo é um novo estilo de velhos modelos. Os dados obtidos pela pesquisa de campo divergem deste posicionamento. Segundo se pode observar não se trata de reprodução de velhos modelos e sim de uma forma diferenciada, inovadora de êxodo urbano. Em suas práticas revivem valores próprios do mundo rural, transformando-os em uma força crítica, das formas em que a sociedade inteira se desenvolve. O caráter individualista, identificado por Giuliani em 1990, foi metabolizado nas dinâmicas associativistas, no engajamento, na participação comunitária. Trata-se de uma variável de atuação que sugere a superação de esteriótipos rurais. Sendo assim, podem vir a representar novas formas de expressão para o desenvolvimento rural sustentável dentro de uma política de integração estimulada.

Há muito de desenvolvimento pessoal dinamizando a busca de condições harmônicas de integração trabalho, natureza e sociedade. As ações antes isoladas reproduzem-se e articulam-se em formas associativas empreendedoras, gerando emprego e renda aos locais.

É a partir das decisões pessoais que materializaram o agronegócio que as formas produtivas e associativas vão sendo desenvolvidas. A participação em

diferentes grupos é determinada pelas necessidades específicas do empreendimento. Ao produtor de queijos de cabra, interessa especialização técnica nas atividades pertinentes ao laticínio, daí o fato de ele integrar uma rede específica do setor. No entanto, sua inserção no circuito de turismo rural com serviços de restaurante, estágios e eventos de Educação Ambiental proporciona-lhe uma visibilidade maior, passando a articular-se com segmentos diversos. Este mesmo produtor – que no início dos contatos promovia aproximação do grupo com a candidata à prefeitura local – hoje exerce função de Secretário Municipal de Turismo. É a pluriatividade vivenciada na sua expressão mais ampla.

“A realidade do campo mais se assemelha à época medieval, faltam serviços públicos essenciais como saúde, educação, comunicação, transportes e saneamento básico.

Este empreendedor se diz motivado pelas condições desumanas que observou no campo. Tem uma atuação preponderante junto ao poder público local, com o único fim de incentivar o desenvolvimento da comunidade onde está instalado. Credita, em parte, às suas ações a implantação de um posto de saúde, um orelhão, a eletrificação rural e o transporte escolar. Procura também integrar os demais produtores da região à forma de produção orgânica, porém, encontra muitas dificuldades em vista da inflexibilidade comportamental, característica do produtor rural brasileiro.

O desenvolvimento do turismo rural local tem como fios condutores as tradicionais fazendas do áureo ciclo econômico da região, a expansão de parcerias com instituições de ensino superior de pesquisa e extensão e a viabilização de uma

usina hidroelétrica na região.

Entretanto, muitas são as transformações inerentes ao processo de descentralização proposto pelo governo federal via CNDRS. As políticas que até 1995 priorizaram o grande produtor e a agricultura extensiva têm, na atualidade, o foco na agricultura familiar. Mas a baixa escolaridade, os serviços públicos deficientes e a cidadania eclipsada são impeditivos ao desenvolvimento do campo como um todo.

As iniciativas empreendedoras dos neo-rurais não contam ainda com apoio governamental, porém, observando toda a sua expansão e o seu caráter inovador, não podem mais ser desconsideradas.

Conforme relatado nas entrevistas, sem perceber os neo-rurais já funcionam como elo articulador; entretanto, se inseridos no âmbito das políticas de desenvolvimento com apoio governamental, sua atuação poderá vir a definir uma nova realidade no espaço rural brasileiro.

A expressão de suas iniciativas dão ao trabalho uma coloração caleidoscópica, com múltiplas faces coloridas, onde o prazer em fazer, a regência do tempo, as interações sociais e as conseqüências das ações são percebidas com mais realismo.

Ao deslocar seu foco de interesse dos aspectos exclusivamente econômicos, os neo-rurais reproduzem o sentido de desenvolvimento proposto por Henderson (1997) no tocante à Economia Ecológica. As atividades no campo são orientadas por uma interseção de sistemas que levam em conta os fatores humano, social, ecológico, político e econômico de forma integrada. A tomada de decisão ultrapassa a esfera econômica, o sentido do desenvolvimento considera propriedades tais como: produtividade, sustentabilidade, estabilidade, equidade e

autonomia.

A pesquisa revelou manifestações propícias de tais características: a autonomia e a equidade no grupo de agricultores orgânicos ao fornecerem seu produto diretamente ao consumidor final; a estabilidade no circuito de turismo, onde as peculiaridades ambientais e humanas exercem determinante influência no desenvolvimento local, e a prerrogativa básica da sustentabilidade.

Não há um credo único, mas uma gama de iniciativas individuais de "valores compartilhados", independentes das inserções sociais. Os grupos de interesses são buscados visando a um sentido de desenvolvimento mais amplo, compreendendo tecnologia, mercado, aspectos políticos e sociais. A orientação última, no entanto, é única: o desenvolvimento ecologicamente definido.

Em sua prática investigativa, os neo-rurais exploram o ambiente de rede com objetivos diversos na articulação social, na comercialização de produtos e nos serviços. Logo, a rede torna-se um instrumento altamente significativo para a operacionalização dos negócios. As pousadas, por exemplo, apresentam suas instalações, realizam reservas, efetuam operações financeiras, entre outras atividades. A compra da cesta de orgânicos pode ser efetuada por correio eletrônico; as bromélias e os arranjos são comercializados na *home page*, evidenciando a multifuncionalidade com que podem operar.

Devido à identidade social pouco definida, são vistos como iniciativas individuais isoladas, sem expressão coletiva, condenados a navegar em um limbo institucional. Não existem conteúdos que o focalizem, nem tratamento diferenciado para tais iniciativas. Isto retarda seu aproveitamento como elemento de alavancagem do desenvolvimento rural sustentável.

Quantos profissionais liberais não se mudariam para o campo, trabalhando

de forma pluriativa, caso lhes fosse propiciado apoio? Serviços básicos como: saúde, educação, saneamento poderiam ser dinamizados por esta migração.

Promover a aquisição de terras seria um primeiro passo, conforme a opinião de muitos dos entrevistados. Eles argumentam que se pode comprar um apartamento pelo sistema financeiro da habitação, porém, a compra de uma propriedade para produção não é financiada. A implantação de um agronegócio, sem dúvida, promove a geração de emprego e renda na comunidade onde se instala.

Conforme detectado, a forma de aquisição da propriedade, o financiamento das linhas de produção e as capacitações necessárias correm por conta exclusivamente do empreendedor. Os neo-rurais são unânimes em apontar a inadequação das atuais políticas de capacitação, financiamento e comercialização.

Muitos de seus projetos agroindustriais requerem consideráveis investimentos, que se situam aquém da disponibilidade pessoal. A linha do BNDES para projetos agroindustriais encontra-se paralisada, com poucos contratos fechados, segundo informação da instituição. Desta forma, a aquisição de maquinário fica condicionada ao setor bancário, onde o prazo de carência é exíguo e os juros altos, inviabilizando o investimento.

Os neo-rurais são particularmente sensíveis à necessidade de crédito, pois muitas de suas atividades implicam processamentos específicos de custo considerável. São problemáticas também as condições de financiamento do capital de giro. Os poucos investimentos são, na verdade, reversões patrimoniais ou investimentos provenientes de outras fontes de renda.

Com isso, a capacidade de desenvolvimento do agronegócio fica reprimida e limitada pela falta de políticas de incentivo. No âmbito das políticas públicas, a

proposta de descentralização do desenvolvimento rural sustentável delega competência aos conselhos estaduais e municipais na tomada de decisão quanto às estratégias locais. Partindo da hipótese de que os neo-rurais sejam reconhecidos por membros dos conselhos, podem vir a ser incorporados aos programas de desenvolvimento rural sustentável como agentes de ações inovadoras. Por exemplo, com uma capacidade instalada de congelamento maior que a da de produção de matéria-prima, o neo-rural optou por incentivar pequenos produtores, detentores das condições ambientais, acompanhando o processo e garantindo a compra da produção a preço de mercado. Analisando esse fato, pode-se inferir o potencial dinamizador desse ator e as possíveis conseqüências de sua participação planejada no processo de desenvolvimento rural sustentável nos territórios em que transitam. Difundindo cultura e disseminando conhecimento, promovem participação e geram emprego e maior renda.

É interessante observar como se dá a construção do conhecimento dos neo-rurais. Pelo fato de geralmente produzirem para nichos de mercado, são consumidores exigentes de informações tecnológicas. Incorporam o conhecimento, metabolizando-o em inovações nos processos, na gestão e nas formas de inserção no mercado. Procuram freqüentar programas de capacitação específicos, que os instrumentalizam a treinar seu corpo funcional. Neste aspecto, reivindicam apoio governamental, pois o ônus do treinamento é amplo e não implica fidelidade do treinado, ficando o empreendedor preocupado com o retorno de seu investimento, que, para o setor governamental, poderia ser visto como uma política social. Significaria promover a cidadania e a autonomia do trabalhador rural, ampliando as possibilidades de gerar emprego e renda via parcerias com os neo-rurais, como ficou evidenciado na pesquisa de campo.

As práticas ambientais são constitutivas dos processos produtivos desenvolvidos pelos neo-rurais. O comprometimento com o meio ambiente é regra, seja praticando educação ambiental, minimizando os efeitos da produção, mantendo a sustentabilidade ou preservando a biodiversidade. Todos se mostraram profundamente envolvidos na disseminação das práticas ecológicas na comunidade, fomentando mutirões para preservação das nascentes, coletas de lixo e reflorestamento das matas ciliares, entre outras iniciativas.

Ao serem indagados quanto às estratégias projetadas, a maioria considera que a diversificação dentro das atuais linhas de produção é a alternativa mais promissora. Porém, destacaram que estes investimentos requerem financiamentos em condições favoráveis ao tipo de produção desenvolvida.

Os neo-rurais consideram-se, de forma geral, "empresários conservadores, mas abertos a mudanças", categoria que realmente os define na base, pois os neo-rurais incorporam valores antigos do mundo rural aos "modernos valores" da sociedade urbana, metabolizando e criando uma expressão diferenciada de migração urbana dentro de uma perspectiva de percepção do mundo mais ampla.

Encerrando o trabalho, parece interessante traçar um paralelo entre a realidade observada e as considerações éticas sobre a existência desenvolvidas por Epicuro na leitura de Foucault, muito pertinentes à atualidade.

Segundo Foucault, o homem antigo buscava na ética uma estética da existência. Baseado no modelo do cosmos, o homem se transforma eticamente, vai conquistando para sua realidade pessoal a beleza e a ordenação que estariam dadas exemplarmente na própria organização do cosmos. Esta pode ser uma boa imagem para as ações desse novo ator no cenário rural.

O neo-rural, na sua relação simbiótica com a natureza, realiza uma proposta

de autogestão emancipatória da vida. A liberdade é encarada como a libertação interior, desalienação. Seu propósito é a auto-realização por meio da navegação social harmônica, tornando o cotidiano prazeroso. Ao mesmo tempo, atua coletivamente, minimizando as condições adversas do meio.

A partir das reflexões desenvolvidas, procurou-se levantar a participação dos neo-rurais nos agronegócios, suas motivações, o impacto de suas realizações, suas reivindicações e sua inserção institucional.

Na expectativa de ter obtido aproximação estratégica do foco do estudo, o presente trabalho propõe a criação de estratégias de inserção dos neo-rurais no contexto maior das políticas de desenvolvimento rural integrado e sustentável, como tema para estudos posteriores.

6 - BIBLIOGRAFIA:

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec; Campinas: Unicampi, 1992.

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. *A reforma Agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997.
- ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. *A agricultura fluminense de 1990*. Conjuntura Econômica. Rio de Janeiro: IBRE/FGV, vol. 44, nº-11, 1990
- BARROS, Ademar (org.). *Reforma Agrária: produção, emprego e renda*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- BERGER, A & ROUZIER, J. *Ville et campagne: la fin d'un dualisme*. Paris: Economica, 1979.
- CAPRA, Fritjof *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- *Sabedoria Incomum*. São Paulo: Cultrix, 1988
- CARNEIRO, Maria José (org.) *Campo aberto: o rural no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1998
- *Ruralidade: novas identidades em construção*. Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Natal, 1997
- CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999.
- CENSO AGROPECUÁRIO. Rio de Janeiro: IBGE, n. 20, 1985.
- Rio de Janeiro: IBGE, n. 18, 1995-1996.
- CHONCHOL, Jacques. *El problema agrario en el contexto de la globalizacion*. <<http://www.dataterra.org.br/seminario/chonchol.htm>>
- CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1998.
- DEFARCY & GUNSBURG. *Turisme et milieu rural: um débouché rentable pour l'agriculture*. Paris: Flammarion, 1979.
- DUARTE JUNIOR, J. F. *O que é realidade*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- EIZNER, N., HERVI, B. *Anciens paysans nouveaux ouvriers*. Paris: L'Harmattan. 1983.
- ESCOBAR, A. El desarrollo sostenible: diálogo de discursos. *Ecología Política*, Barcelona, n.9, jun. 1995.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.
- GRAZIANO, da Silva José. *Evolução do emprego rural e agrícola*. Anais XXXIII SOBER, Curitiba, 1997.
- *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. São Paulo: Atlas, 1999
- GIULIANI, Gian Mario Neoruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 14, ano 5, 1990.

GUIA SÓCIO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil. 1993.

HADDAD, R. Paulo *A competitividade do agronegócio e o desenvolvimento regional no Brasil*. Brasília: EMBRAPA, 1999.

HENDERSON, Hazel. *Transcendendo a economia*. São Paulo: Cultrix, 1991.

—, *Construindo um mundo onde todos ganhem*. São Paulo: Cultrix, 1996.

JANVRY, Alain de. Reformas en las áreas económica y social: El desafío de um crescimento equitativo en la agricultura de America Latina. *Revista Políticas Agrícolas*, São Paulo, n. 0, v. 1 1994.

KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade e ruralidade: alguns aspectos metodológicos. In: XXXVI SOBER, Poços de Caldas, 1998.

LAVINAS, Lena, NABUCO, Maria Regina. *Crise, abastecimento e uso do solo*. Relatório parcial/ CNPq. s/d.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. *Parceria e capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

MARTÍNEZ ALIER, J *De la economía ecológica al ecologismo popular*. Barcelona: ICARA, 1994.

MDA – CNDRS – DECRETO 3200, 06/10/99

MAY, Peter H. Economia ecológica e desenvolvimento equitativo no Brasil. In: — (org.). *Economia ecológica: aplicações no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MINGIONE, Enzo, PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 22, abr. 1987.

MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção e modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1987.

NALLET, H., SERVOLIN, C Agricultura, un settore particolare? Il caso della Francia. *La questione agraria*. Milano, nº 10, sd.

ROMEIRO, Ademar. Estrutura e desempenho da agricultura fluminense. *Revista Econômica Fluminense*, Niterói: UFF, v. 2, n. 5, 1989.

SEVILLA-GUZMÁN, E. *El marco teórico de la agroecología*. Córdoba: ISEC, 1995.

SHULTZ, T. *Transformando a agricultura tradicional*. São Paulo: Zahar, 1995.

TOFLER, Alvin, TOFLER, Heidi. *Criando uma nova civilização*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas, 1997.

—, BRANCO, Paulo. Competências requeridas em ambiente de mudanças. *Revista Brasileira de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, ANPAD. v. .1, n. 9, 1995.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil

moderno. In: *Anais do XXXV SOBER*, ago.1997

WEIL, Pierre. *Organizações e tecnologias para o terceiro milênio: uma nova cultura organizacional holística*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1995.

—, D'ÁMBROSIO, Ubiratan, CREMA, Roberto. *Rumo a transdisciplinaridade: sistemas abertos de conhecimento*. São Paulo: Summus, 1993.

WILKINSON, John, MALUF, Renato. *A Secretaria de Estado e Agricultura e a produção agro-alimentar no Estado de Rio de Janeiro: desempenho recente e perspectivas*. Convênio SEAAP/UFRRJ – CPDA, RJ, fevereiro, 1997.

ANEXO 1

DECRETO No 3200, DE 6 DE OUTUBRO DE 1999

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CNDR e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 16 § 6º, da Lei nº 9649, de 27 de maio de 1998, e no art. 6º da Medida Provisória nº 1911-10. 24 de setembro de 1999,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CNDR, integrante da Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política fundiária, tem por finalidade deliberar sobre o plano Nacional de Desenvolvimento Rural, que constituirá das diretrizes, dos objetivos e das metas do Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, cabendo-lhe:

I – coordenar, articular, e propor a adequação de políticas públicas federais as necessidades da reforma agrária e da agricultura familiar;

II – aprovar a programação físico-financeira anual do PRONAF e do Programa Nacional de Reforma Agrária, acompanhar seu desempenho e apreciar os pertinentes relatórios de execução;

III – articular-se, orientar e coordenar as ações dos Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural, que venham a se formar por livre determinação dos Estados e Municípios, com objetivos similares em seu âmbito de atuação e sejam pelo CNDR reconhecidos;

IV – proceder a estudos de avaliação do PRONAF e do Programa Nacional de Reforma Agrária e propor redirecionamentos;

V – aprovar o seu regime interno, que disporá, também, sobre as atribuições, a composição e o funcionamento das Câmaras Técnicas que integram sua estrutura deliberativa;

VI – outras competências e atribuições que vierem a lhe ser cometidas;

Art. 2º Integram o CNDR:

I – o Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, que o presidirá;

II – os seguintes Ministros de Estado ou seu representante:

do Planejamento, Orçamento e Gestão;
da Agricultura e do Abastecimento;
do Trabalho e Emprego;
da Educação;
da Saúde;
da Integração Nacional;
do Meio Ambiente

III – o Secretário-Executivo do Programa Comunidade Solidária;

IV – o Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

V – três representantes de Estados, Distrito Federal e Municípios;

VI – dois representantes de entidades civis, de âmbito nacional, representativas dos trabalhadores rurais;

VII – dois representantes de entidades civis de âmbito nacional, representativas de beneficiários de projetos de assentamento integrantes de programas de reforma agrária;

VIII – dois representantes de entidades civis de âmbito nacional, que exerçam ações relacionadas com o desenvolvimento rural sustentado;

IX – um representante das cooperativas de pequenos produtores rurais.

§ 1º Os membros do CNDR de que tratam os incisos V a IX, assim como os seus respectivos suplentes, serão designados pelo Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, mediante indicação pelos Governantes dos Estados e do Distrito Federal, pelos Prefeitos Municipais e pelos titulares das entidades representadas.

§ 2º Os representantes de que tratam os incisos VI a IX terão mandato de dois anos, renovável por igual período.

§ 3º A participação do CNDR não será remunerada, sendo considerada, para todos os efeitos, serviço público relevante.

Art. 3º A estrutura de deliberação do CNDR compõe-se de:

I – Plenário;

II – Câmaras Técnicas.

§ 1º O Plenário deliberará ordinariamente a partir de propostas das Câmaras Técnicas e, extraordinariamente, sem o assessoramento dessas Câmaras, quando entender que determinada matéria requeira solução imediata.

§ 2º Nos casos de relevância e urgência, o Presidente do CNDR poderá deliberar ad referendum Plenário.

§ 3º O CNDR deliberará por maioria simples, presente, no mínimo, a metade de seus membros.

§ 4º Nas deliberações do CNDR, o seu Presidente terá, além do voto ordinário, o de qualidade.

§ 5º Em suas ausências ou impedimentos, o Presidente do CNDR será substituído pelo Secretário-Executivo do Gabinete do Ministro do Estado Extraordinário de Política Fundiária.

§ 6º Poderão ser atribuídas, no regime interno do CNDR, alçadas decisórias para as Câmaras Técnicas.

§ 7º Poderão participar das reuniões do Plenário e das Câmaras Técnicas, sem direito a voto e a convite dos respectivos presidentes, autoridades, e outros representantes dos setores público e privado, quando necessário ao aprimoramento ou esclarecimento da matéria em discussão.

Art 4º O Presidente do CNDR designará o Secretário-Executivo Nacional do CNDR.

Parágrafo único. Caberá ao Gabinete do Ministro do Estado Extraordinário de Política Fundiária prover os serviços de secretaria do CNDR.

Art 5º O PRONAF, instituído pelo Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, passa a reger-se pelas disposições deste Decreto.

Art 6º O PRONAF assenta-se na estratégia da parceria entre a administração pública federal, estadual, distrital e municipal, a iniciativa privada e os agricultores familiares e suas organizações.

Parágrafo único. A aplicação de recursos do Governo Federal no PRONAF depende da adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, da iniciativa privada e dos agricultores familiares às normas operacionais do programa e à efetivação de suas contrapartidas.

Art 7º As ações do PRONAF serão orientadas pelas seguintes diretrizes:

I – melhorar a qualidade de vida no segmento da agricultura familiar, mediante promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada, aumento de sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda;

II – proporcionar o aprimoramento das tecnologias empregadas, mediante estímulos à pesquisa, ao desenvolvimento e à difusão de técnicas adequadas à agricultura familiar, com vistas ao aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado com a proteção do meio ambiente;

III – fomentar o aprimoramento profissional do agricultor familiar, proporcionando-lhe novos padrões tecnológicos e gerenciais;

IV – adequar e implantar a infra-estrutura física e social necessária ao melhor desempenho produtivo dos agricultores familiares, fortalecendo os serviços de apoio à implementação de seus projetos, à obtenção de financiamento em volume suficiente e oportuno, dentro do calendário agrícola, e o seu acesso e permanência no mercado, em condições competitivas;

V – atuar em função das demandas estabelecidas nos níveis municipal, estadual, distrital e federal pelos agricultores familiares e suas organizações;

VI – agilizar os processos administrativos, de modo permitir que os benefícios proporcionados pelo Programa sejam rapidamente absorvidos pelos agricultores familiares e suas organizações;

VII – buscar a participação dos agricultores familiares e de seus representantes nas decisões e iniciativas do Programa.

VIII – promover parcerias entre poderes públicos e o setor privado para o desenvolvimento das ações previstas, como forma de se obter apoio e fomentar processos autenticamente participativo e descentralizado,

IX – estimular e potencializar as experiências de desenvolvimento que estejam sendo executados pelos agricultores familiares e suas organizações, nas áreas de educação, formação, pesquisas e produção, dentre outras;

X – apoiar as atividades voltadas para a verticalização da produção dos agricultores familiares, inclusive mediante financiamento de unidades de beneficiamento e transformação, para o desenvolvimento de atividades rurais não-agropecuárias, como o artesanato, a indústria caseira e o ecoturismo, e para o associativismo e o cooperativismo, notadamente como forma de elevar seus poderes de barganha e de facilitar a absorção de tecnologias.

Art 8º Para os efeitos deste Decreto, os beneficiários dos projetos de assentamento integrantes do Programa Nacional de Reforma Agrária são considerados agricultores familiares, desde que enquadrados nos parâmetros do PRONAF.

Art 9º Caberá ao Gabinete do Ministro do Estado Extraordinário de Política Fundiária planejar, coordenar e supervisionar o PRONAF, competindo-lhe especialmente:

I – promover gestões e apoiar a reorganização institucional que se fizer necessária junto aos órgãos federais que atuem no setor, bem como junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, visando a adequação das políticas públicas aos objetivos do PRONAF;

II – apoiar e promover, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios e os agentes financeiros, linhas de financiamento para a adequação e implantação da infra-estrutura física e social necessária ao desenvolvimento e à continuidade da agricultura familiar;

III – propor mecanismos adequados à concessão de crédito aos agricultores familiares, orientando-os sobre os respectivos procedimentos de acesso e

reembolso;

IV – levar em consideração, na formulação das políticas de preços agrícolas, a realidade da agricultura familiar, promovendo, ainda, a criação de centros primários de comercialização e redução da cadeia de intermediários;

V – promover ações para a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares, e de suas organizações e parceiros, de modo a proporcionar-lhes o os conhecimentos, as habilidades e as tecnologias indispensáveis ao processo de comercialização, assim como para a elaboração e o acompanhamento dos Planos Municipais de Desenvolvimento Rural – PMDR;

VI – assegurar o caráter descentralizado da execução do PRONAF e o estabelecimento de processos participativos dos agricultores familiares e de suas organizações, na implementação e avaliação do PRONAF.

Art. 10º O PRONAF será constituído por organismos co-participantes, cujas ações confluirão para os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural –CMDR Conselhos Estaduais do PRONAF e Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CNDR.

§ 1º Integram a estrutura do PRONAF, no plano municipal, mediante adesão voluntária:

I – os Municípios, cabendo-lhes:

instituir, em seu âmbito, o CMDR e o PMDR;
participar do CMDR e da execução, do acompanhamento e da fiscalização das ações do PMDR;
celebrar acordos, convênios e contratos no âmbito do PRONAF;
aportar as contrapartidas de sua competência;
promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

II – o CMDR, o qual terá como membros, representantes do poder público, dos agricultores familiares e das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

analisar a viabilidade técnica e financeira do PMDR e o seu grau de representatividade das necessidades e prioridades dos agricultores familiares;
aprovar em primeira estância o apoio do PRONAF a projetos contidos no PMDR, relatando o Plano à Secretaria-Executiva do Estadual do PRONAF;
negociar as contrapartidas do agricultores familiares, da Prefeitura Municipal, do Estado e dos demais parceiros envolvidos na execução do PMDR;
fiscalizar a aplicação dos recursos do PRONAF no Município;
articular-se com as unidades locais dos agentes financeiros, com vistas a solucionar eventuais dificuldades na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao Conselho Estadual do PRONAF os casos não solucionados;
elaborar e encaminhar à Secretaria-Executiva Estadual do PRONAF pareceres e relatórios periódicos sobre a regularidade da execução físico-financeira do PMDR;
promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF.

III – os agricultores familiares, aos quais cabe:

a) apresentar e priorizar suas demandas;
participar da execução do PRONAF;
aportar as contrapartidas de sua competência;

IV – as organizações de agricultores familiares, cabendo-lhes:

formular propostas de ação compatibilizadas com a demandas agricultores familiares;
participar da elaboração e execução do PMDR e do acompanhamento e das fiscalizações do PRONAF;
celebrar e executar acordos, convênios e contratos com órgãos da administração pública e entidades parceiras privadas;
aportar as contrapartidas de sua competência;

V – as entidades parceiras, públicas e privadas, que, direta ou indiretamente, desenvolvam ações relacionadas com o desenvolvimento rural e a proteção ambiental, cabendo-lhes:

participar da elaboração e da execução do PMDR, dentro de suas áreas de atuação específica;
aportar as contrapartidas de sua competência;
colaborar na elaboração de relatórios de execução físico-financeira do PRONAF.

§2º Integram a estrutura do PRONAF, no plano estadual, mediante adesão voluntária:

I – o Estado, cabendo-lhe:

instituir, em seu âmbito, o Conselho Estadual do PRONAF e sua Secretaria-Executiva Estadual;
participar da execução, do acompanhamento e da fiscalização do Programa de âmbito estadual;
celebrar acordos, convênios e contratos com órgãos administrativo público e com entidades parceiras privadas;
aportar as contrapartidas de sua competência;

promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;
II – o Conselho Estadual do PRONAF, que terá como membros representantes, no âmbito estadual, do poder público, das organizações dos agricultores familiares das entidades parceiras, inclusive das vinculadas à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

analisar o apoio da PRONAF a projetos contidos nos PMDR, relatando os Planos à Secretaria-Executiva Nacional do PRONAF;
promover a interação entre Estado e os Municípios e as entidades parceiras, com vistas à obtenção de suas contrapartidas aos PMDR;
acompanhar e avaliar a execução do PRONAF no âmbito estadual;
elaborar propostas de políticas públicas a serem encaminhadas aos órgãos da administração estadual e federal;

articular-se com as com as unidades administrativas estaduais dos agentes financeiros, com vistas a solucionar eventuais dificuldades encontradas, à nível municipal na concessão de financiamentos aos agricultores familiares, relatando ao CNDR os casos não solucionados:

promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

III – a Secretaria-Executiva Estadual do PRONAF, a ser chefiada por Secretário-Executivo Estadual, designado pelo Governo do Estado, cabendo-lhe:

analisar os PMDR, relatando-os ao Conselho Estadual do PRONAF:

implementar decisões do Conselho Estadual;

monitorar e avaliar a execução dos PMDR, relatando ao Conselho estadual;

emitir pareceres técnicos;

§ 3º Integram a estrutura do PRONAF, no plano nacional;

I – o Governo Federal, por intermédio do CNDR e sua Secretaria-Executiva, que funcionarão no âmbito de Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário de Política Fundiária, cabendo àquela Secretaria-Executiva:

implementar as deliberações do CNDR;

analisar e aprovar o apoio do PRONAF a projetos contidos nos PMDR;

propor normas operacionais para o PRONAF;

promover estudos com vistas a adequação de políticas públicas às necessidades da agricultura familiar;

elaborar a proposta de programação físico-financeira anual do PRONAF, monitorar e avaliar sua execução, relatando ao CNDR;

receber pedidos, preparar acordos, convênios e contratos e promover a liberação de recursos para o financiamento de projetos aprovados no âmbito dos PMDR;

emitir pareceres técnicos;

h) promover a divulgação e articular o apoio político-institucional ao PRONAF;

II – as Superintendências Regionais do INCRA, cabendo-lhes:

assessorar os Estados e os Municípios, as organizações de agricultores familiares e as entidades parceiras, na elaboração dos processos para celebração de convênios, no âmbito do PRONAF;

fiscalizar a aplicação dos recursos do convênio de que trata a alínea anterior;

emitir pareceres técnicos sobre a execução do convênios correspondentes;

promover a divulgação e articular o apoio institucional ao PRONAF;

III – os órgão e as entidades de âmbito nacional, públicos e privados, vinculados à agricultura e à proteção do meio ambiente, cabendo-lhes:

participar, mediante articulação Secretaria-Executiva Nacional do PRONAF, de estudos e debates com vistas a adequação de política públicas à realidade sócio-econômica na agricultura familiar;

mobilizar recursos financeiros materiais e humano, em sua respectivas áreas de atuação, para o apoio às ações do PRONAF;

participar da operacionalização, do acompanhamento e da avaliação do PRONAF,

segundo suas atribuições e aptidões institucionais; mobilizar e orientar suas unidades estaduais e municipais, no sentido de integra-las na operacionalização dos PMDR.

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se ao Distrito Federal.

Art. 11. O Secretario-Executivo Nacional do CNDR desenvolverá gestões junto aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios no sentido de apoiar a constituição, no âmbito de suas respectivas competências, dos conselhos estaduais, distrital e municipais de desenvolvimento rural para interagirem com o CNDR.

Art. 12. O financiamento da produção dos agricultores familiares e de suas organizações será efetuado pelos agentes financeiros, no âmbito do PRONAF, segundo normas específicas a serem estabelecidas nas instâncias competentes, contemplando, inclusive, a assistência técnica, de modo a atender adequadamente às características próprias desse segmento produtivo.

§ 1º Nos financiamentos de que trata este artigo, será dado prioridade ao investimento e ao custeio associado ao investimento de propostas de candidatos localizados em municípios nos quais já tenham sido instituídos o CMDR e o PMDR, sem exclusão, porém, dos financiamentos para custeio isolado e, ainda, de candidatos localizados nos demais municípios, na medida das disponibilidades de recursos.

§ 2º As propostas de financiamento apresentadas pelos agricultores familiares e suas organizações prescindem do exame pelos Conselhos do PRONAF e devem ser submetidas diretamente ao agente financeiro, a quem cabe analisa-las e deferi-las, observadas as normas e prioridades do Programa.

Art. 13. O Conselho Nacional do PRONAF, de que trata a alínea “b” do § 3º do art. 4º do Decreto n.º 1946, de 1996, ficará automaticamente instinto na data de instalação do CNDR.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Fica revogado o Decreto n.º 1946, de 28 de junho de 1996, ressalvado o disposto no art. 13.

Brasília 6 de outubro de 1999; 178º da Independência e 111º da República

Fernando Henrique Cardoso